CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 30 Abril – Maio de 2008

...dê-se à Assembleia da República
o que lhe pertence, a principal responsabilidade
pelo mau funcionamento da Justiça

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Boletim Informativo da AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cidadania e Defesa

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888 Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site - **www.aacdn.pt**

Ficha Técnica

Direcção
Joaquim Silveira Sérgio

Edição
Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Industrial, Lote 41 - D - 2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559 E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Nº 30 Abril – Maio de 2008

Sumário

3 | Editorial

6 | A segurança europeia face à Guiné-Bissau

14 | O novo Conselho dos Direitos Humanos da ONU

17 | Ministro da Defesa Nacional – António Vitorino

18 | A Assembleia da República e a Crise na Justiça

20 | A Globalização da Violência
ou a Moderna Sociedade do Medo

26 | A China no Mundo Globalizado – II Parte

31 | Acontecimentos & Actualidades

34 | UmDeCadaVez (Bacelar Begonha)

Capa – Assembleia da República (Foto gentilmente cedida pela A.R.)

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

A chama olímpica, que deve representar uma luz de esperança, de fraternidade e de sã competitividade entre os povos, tem vindo a protagonizar um desfile de manifestações hostis para com a China, o país, que a vai finalmente receber, a si próprio designado por Império do Meio. O porquê de tanta agitação, ao que parece, deve-se ao facto de só agora – passados que foram alguns anos e, precisamente, no ano da realização do evento desportivo – algumas mentes esclarecidas se terem dado conta de que, afinal, a China tinha invadido o Tibete (como se tivesse sido ontem!) e que ao tal gigante-adormecido-que-acordou lhe pesavam sobre os ombros (mesmo até muito recentemente) milhares de chineses mortos, torturados e presos, muitos deles por delito de opinião.

Não satisfeitas com a demonstração de tão profundo zelo e acutilância, na delação de acontecimentos no âmbito dos direitos humanos, apontaram igualmente o dedo acusatório à China, porque esta fornecera armas a alguns países de África, permitindo-lhes efectuar umas quantas limpezas étnicas... É evidente que, com estas linhas, não estou a dar novidade nenhuma aos meus Caros Colegas!

Mas, então, por que é que o designado Comité Olímpico, que devia ter avaliado os danos, as ditas externalidades, não se manifestou em devido tempo?

Será possível a tão douta assembleia desconhecer os factos atrás mencionados? Pessoalmente, não creio que tal tenha acontecido.

A escolha deste país para anfitrião dos Jogos não é nada inocente, nem tão-pouco se prende com a pseudo-simpatia chinesa – pois quem por lá passou teve ocasião para verificar que a ideia de império, na mente dos chineses, não é fictícia, nem o desprezo pelos estrangeiros se encontra posto de lado.

A escolha prende-se, por um lado, com uma certa reverência do Ocidente para com a China. Não devemos esquecer que na subjacência da mesma está o facto de ela ser um dos grandes credores dos EUA, o que significa sê-lo, também, em parte, da Europa...

Por outro lado, a dita comissão promotora da realização dos Jogos pensou, e bem (certamente pressionada por gente...posicionada para lá do pano), que a ocorrência do evento iria obrigar a China a abrir as suas portas, a mostrar parte do seu poderio e da sua vitalidade económica e, inclusivamente, iria repuxá-la, de uma forma mais intensa, para o convívio com as demais potências.

Na verdade, nada pior existe, em termos de relações internacionais, que o isolamento dos países. É preferível para o mundo que a China pertença à mesma orquestra, tentando tocar a mesma partitura, ainda que com

diferentes instrumentos, e sob o foco dos mesmos holofotes, do que ficar sozinha a tocar à porta do teatro, iluminada por um simples candeeiro de rua… E com isto não estou minimamente a tentar branquear o que de mau a China tem feito ao longo do tempo – sobretudo na questão do Tibete – acerca dos direitos humanos e do direito à diferença de opinião.

No entanto, foi através desta abertura que a pudemos visitar. E é por meio desta abertura que, a pouco e pouco, tem vindo a melhorar as condições de vida do seu povo, onde, a par da pobreza, em certas regiões gritante, convive o grande capitalismo. Sem dúvida, é um país com grandes contrastes!

As mudanças que se estão a operar na China são lentas. É certo. Mas a China olha para o lado e vê o que aconteceu à antiga URSS. Ora , com o elevado número dos seus habitantes, não se pode dar "àqueles luxos"…a bem de todos nós!

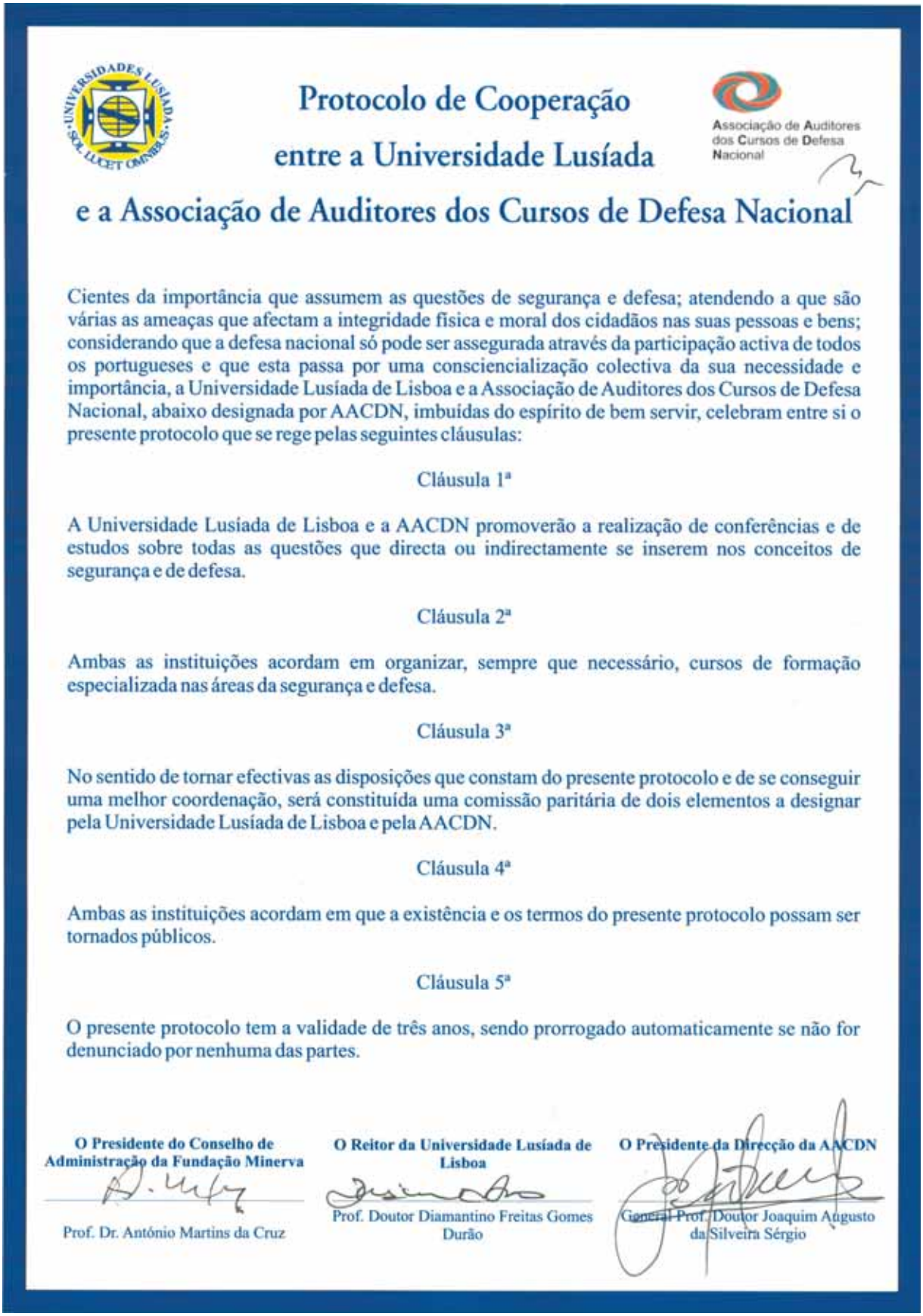
Parece-me, pois, serôdio e travestido de hipocrisia o Carnaval a que se tem assistido. Será a China o único país mau da fita onde se realizaram os Jogos Olímpicos? Não me parece; e nem me parece, também, ser esta a melhor forma de combater os tais excessos imperialistas da China!

Por outro lado, não nos podemos esquecer que já há grandes investimentos por parte dos Estados, que deram o seu assentimento, ao suportarem a preparação dos seus atletas, com o dinheiro dos próprios contribuintes, assim como por parte dos próprios atletas que, com muito sacrifício e dentro das capacidades que lhes foram disponibilizadas, aspiram ao seu legítimo momento de glória, o qual também é pertença dos respectivos povos. Será que não faz bem ao próprio ego…quando vemos a bandeira do país no mastro de honra?

Permitam-me, então, que questione: Será que alguém está disposto a matar a sua galinha dos ovos de ouro? E a troco de quê? De alguma mudança?

Joaquim Silveira Sérgio

Por uma Associação participativa
Mais intervenção, melhor cidadania



Protocolo de Cooperação
entre a Universidade Lusíada
e a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cientes da importância que assumem as questões de segurança e defesa; atendendo a que são várias as ameaças que afectam a integridade física e moral dos cidadãos nas suas pessoas e bens; considerando que a defesa nacional só pode ser assegurada através da participação activa de todos os portugueses e que esta passa por uma consciencialização colectiva da sua necessidade e importância, a Universidade Lusíada de Lisboa e a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, abaixo designada por AACDN, imbuídas do espírito de bem servir, celebram entre si o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

A Universidade Lusíada de Lisboa e a AACDN promoverão a realização de conferências e de estudos sobre todas as questões que directa ou indirectamente se inserem nos conceitos de segurança e de defesa.

Cláusula 2ª

Ambas as instituições acordam em organizar, sempre que necessário, cursos de formação especializada nas áreas da segurança e defesa.

Cláusula 3ª

No sentido de tornar efectivas as disposições que constam do presente protocolo e de se conseguir uma melhor coordenação, será constituída uma comissão paritária de dois elementos a designar pela Universidade Lusíada de Lisboa e pela AACDN.

Cláusula 4ª

Ambas as instituições acordam em que a existência e os termos do presente protocolo possam ser tornados públicos.

Cláusula 5ª

O presente protocolo tem a validade de três anos, sendo prorrogado automaticamente se não for denunciado por nenhuma das partes.

O Presidente do Conselho de Administração da Fundação Minerva

Prof. Dr. António Martins da Cruz

O Reitor da Universidade Lusíada de Lisboa

Prof. Doutor Diamantino Freitas Gomes Durão

O Presidente da Direcção da AACDN

General Prof. Doutor Joaquim Augusto da Silveira Sérgio

A segurança europeia face à Guiné-Bissau

um caso de interdependência complexa

... o país não é, ainda, um santuário ou plataforma do terrorismo internacional; mas (...) Bissau pode estar a servir de ponto de passagem para actividades criminosas organizadas

Recentemente, a República da Guiné-Bissau (RGB) voltou às primeiras páginas dos jornais: suspeitos de actos terroristas eram detidos no seu território. Estes últimos, cidadãos mauritanos, eram suspeitos no assassinato de turistas franceses, em Dezembro último. Eram igualmente suspeitos de terem ligações à Al-Qaeda. As implicações deste acontecimento em termos de segurança reflectiram-se de imediato no cancelamento da última edição do *rally* Lisboa-Dakar.

O caso merece, no entanto, uma análise mais cuidadosa. Os factos acima mencionados não são, *per se*, um indicador acerca da eventual existência de bases terroristas na RGB. Tendo em conta as evidên-

cias disponíveis, o país não é, ainda, um santuário ou plataforma do terrorismo internacional; mas, tal como outros países africanos com instituições frágeis, Bissau pode estar a servir de ponto de passagem para actividades criminosas organizadas.

Parece, assim, pertinente colocar uma questão fundamental aos europeus: deveria a Europa preocupar-se com os problemas de segurança guineenses? O objectivo deste trabalho consiste em fundamentar a necessidade de um papel activo e sustentado da União Europeia (EU) na RGB. Isto porque os laços de interdependência tornam os problemas de segurança do país ameaças à segurança europeia. Seria redutor identificar as fontes de insegurança como exclusivamente ligadas à presença eventual da Al-Qaeda.

Pretendemos salientar, na primeira parte da presente análise, as potenciais ameaças à Europa oriundas da RGB. Iremos apresentar três fontes principais de insegurança, distintas do terrorismo *stritu sensu*, e evidenciar a sua ligação estreita aos problemas de desenvolvimento do país, nomeadamente institucionais. Na segunda parte, uma vez diagnosticados os problemas de segurança guineenses, usamos o quadro teórico proposto por Keohane e Nye[1] a fim de caracterizar os laços de 'interdependência complexa' entre a UE e a RGB. Essa abordagem fornece instrumentos conceptuais valiosos para entender as ameaças à segurança que Bissau coloca ao continente europeu. Finalmente, com o intuito de avaliar o tipo de missão que a UE poderia desenvolver na RGB, apresentamos o binómio 'segurança-desenvolvimento' como a chave para o sucesso de qualquer intervenção externa no país. É essa a perspectiva que vislumbramos como a única viável para reduzir as ameaças colocadas por aquele país. O pressuposto apresenta-se da seguinte forma: não poderá existir desenvolvimento sem segurança, como não haverá segurança sem desenvolvimento. Contribuir para a construção de estrutura de segurança que garanta as condições para o desenvolvimento: é aqui que a UE poderá dar um contributo valioso. Parece-nos, assim, fundamental analisar a missão actualmente em preparação nas instituições europeias[2]. Ao atingirem-se os objectivos desta missão, terá sido consolidada a estrutura de segurança e defesa que por certo garantirá as condições de sucesso tanto dos projectos de desenvolvimento em curso como dos futuros.

Três ameaças à segurança na Guiné-Bissau

O incidente dos suspeitos mauritanos detidos em Bissau chamou a atenção da opinião pública para a existência da ameaça terrorista e veio mais uma vez trazer para a ribalta o clima de instabilidade por que passa a Guiné-Bissau, especialmente desde 1999. Assim, para além dessa eventual ameaça, os fenómenos do tráfico de estupefacientes e dos movimentos em massa de migrações clandestinas serão também objecto da nossa análise.

... os laços de interdependência tornam os problemas de segurança do país ameaças à segurança europeia

O tráfico de estupefacientes

Um dos graves problemas de segurança da RGB é o tráfico de droga. A Comunidade Internacional e autoridades de diversos países têm vindo a alertar para os sinais de que a RGB pode estar a correr o risco de se transformar num narco-estado[3].

Apesar de o problema existir noutros países, e particularmente na Nigéria desde há cerca de 20 anos, em África esta tipificação não tinha atingido ainda esta dimensão: a RGB está em vias de se tornar uma das principais plataformas de cocaína nesse Continente e os Estados Unidos da América, em particular, têm vindo a alertar as autoridades policiais europeias para o importante desvio do fluxo de cocaína que, da América Central e do Sul, passou a ser feito pela RGB para alcançar a Europa e também os EUA[4].

O estabelecimento desta rota de tráfico de droga com passagem pela RGB atingiu maior significado a partir de 2003, altura em que foram difundidas as primeiras informações alarmantes: a ONU alertou então para a gravidade da situação. Em 2007, a Administração Bush considerou mesmo o país um dos santuários de traficantes de cocaína. Na verdade, tendo em conta o contexto e dimensão da RGB, as apreensões –

especialmente em 2006 e 2007 – têm registado valores elevados.

Para fazer face ao problema do tráfico de cocaína para a Europa, a UE criou uma Agência especializada, o Centro Marítimo de Análise e Operações – Narcóticos (MAOC-N), que se destina a ajudar as autoridades nacionais a interceptar carregamentos que chegam por via marítima[5]. Além dos países ibéricos, integram ainda esta agência a Irlanda, a França, o Reino Unido, a Holanda e a Itália. A decisão de estabelecer este mecanismo foi, em parte, a reacção à crescente utilização das costas da África Ocidental, como "estação de passagem" para a Europa por redes de narcotráfico. A Nigéria e a RGB têm sido referidas por autoridades europeias como os países de trânsito de cocaína entre a América e a Europa. Recentes detenções de colombianos na RGB levantaram suspeitas de que o tráfico que passa por este país poderá ter ligações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, havendo mesmo a possibilidade de constituir uma forma de financiamento das suas acções. As Nações Unidas expressaram a preocupação de que estes indícios poderiam apontar para um potencial desastre na RGB, pelo colapso do Estado, se a Comunidade Internacional (CI) não ajudasse a deter o controlo que os traficantes de droga começam a ter no país.[6]

A migração clandestina

O trabalhador clandestino, sem direitos e auferindo baixos salários, é um ónus muito menor para empregadores desonestos

A existência de redes de migração clandestina operando a partir de Sul e de Leste ocupa o segundo lugar na problemática de segurança para a Europa. Embora não seja um fenómeno novo, nos últimos tempos têm vindo a atingir dimensões alarmantes na UE os fluxos de clandestinos vindos do Sul, o que levou países como Espanha, Malta e Itália e também ultimamente Portugal a soarem o alerta. Embora os utilizadores destes sistemas de migração clandestina visem conseguir emprego e melhores condições de vida, quem organiza estas "deportações ao contrário"[7] (onde se incluem responsáveis estatais de diversos países de emigração) tem vários objectivos, um dos quais é a regulação do excesso de população, através da saída de nacionais ou de refugiados que se encontram temporariamente no seu território. Podem mesmo vir a utilizar as migrações clandestinas "em massa" para infiltrar terroristas, armas e explosivos, droga, etc.

Finalmente, através destas medidas, intencionalmente ou não, poderão vir a provocar a instabilidade social e política pela criação de guetos nos países de destino e alterações aos sistemas de emprego (o trabalhador clandestino, sem direitos e auferindo baixos salários, é um ónus muito menor para empregadores desonestos).

O terrorismo

Por último, surgem os indícios sobre a presença, mesmo que de passagem, de elementos ligados a actividades terroristas. No entanto, Rodrigo Tavares, um especialista em assuntos africanos[8], não valida a ideia segundo a qual a RGB poderia estar na origem de problemas de segurança para a União Europeia, por ser santuário de terrorismo. De facto, nenhum indício forte como aquele episódio que abre estas linhas tinha sido ainda registado e, de acordo com os factos disponíveis na altura, nada nos indicava que a RGB pudesse vir a estar conotada com actividades de grupos terroristas.

Parece óbvio que as células terroristas adormecidas (quando não se trata de terrorismo de estado) se acoitam muito facilmente em estados frágeis,[9] ou em estados a partir dos quais dominem as estruturas de governação. Esta é uma ameaça real que se desenha no futuro próximo da RGB. Aliás, quando esses países não têm as condições de segurança suficientes para alojarem organizações terroristas, estas poderão provocar a alteração da situação de segurança, fomentando redes de tráfico de droga, de seres humanos, de armamento, seduzindo figuras importantes da governação ou introduzindo nos órgãos de soberania elementos da sua confiança, acabando por adequar o local às suas necessidades.

A RGB não dispõe de capacidades para combater uma eventual ameaça de instalação de células terroristas no seu território. Tanto ela como outros países mais fragilizados da região ocidental de África podem ser utilizados para actividades terroristas, nomeadamente como santuário ou local de passagem. Se não forem

tomadas medidas, as células de terrorismo internacional poderão vir a estabelecer-se nesta região como já o vão fazendo noutras zonas de África. Conforme refere António Maria Costa, o responsável pelo Gabinete de Drogas e Crime da ONU[10], alguns indicadores apontam já para aspectos preocupantes.

Impacto dessas ameaças na Europa

Uma vez diagnosticados os problemas de segurança na GB, cabe-nos agora evidenciar o seu impacto na estabilidade europeia. Para tal recorremos ao contributo teórico de Keohane e Nye, uma vez que o seu conceito de "Interdependência Complexa" constitui um instrumento fundamental na análise das Relações Internacionais contemporâneas[11]. Para estes autores, existe uma malha de dependências mútuas entre os diversos actores da CI, sendo a Europa um dos mais relevantes nessa malha. Para além da sensibilidade e da fragilidade da RGB às ameaças, a própria Europa é afectada, como passaremos a demonstrar.

A Estratégia Europeia de Segurança, definida em 2003[12], afirma que actualmente não existe nenhum país que, sozinho, consiga resolver com sucesso problemas complexos de segurança. Esta abordagem serve essencialmente, naquele contexto, para reafirmar a solidariedade de segurança dos Estados-membros da União. O documento termina com a ideia de que o mundo actual é um lugar de novos perigos, mas também de novas oportunidades, mas a UE terá o potencial para contribuir para um sistema multilateral que leve a um mundo mais justo, mais seguro e mais unido.

Sendo a UE um actor global, deve estar pronta não só a partilhar a responsabilidade de segurança a nível de todo o planeta, como também a construir um mundo melhor[13]. Assim, considerando que a segurança é uma pré-condição do desenvolvimento, como afirma o próprio texto da "Estratégia", a UE ajudará ao desenvolvimento se colaborar na implementação de estruturas de segurança, não só a nível global, como aos níveis regional e mesmo nacional. Embora no momento pareçam improváveis, a Europa enfrenta também muitas ameaças de outras naturezas, mais variadas, menos visíveis e menos previsíveis, nomeadamente o terrorismo, as armas de destruição maciça, os conflitos regionais na sua vizinhança, o colapso de estados e o crime organizado.

Ao referir que nenhum país, isolado, consegue resolver de *per se* os, cada vez mais complexos, problemas de segurança, a "Estratégia'" transporta-nos para o domínio da teoria da Interdependência Complexa. Para os teóricos deste instrumento conceptual, existe uma malha de dependências mútuas que na actualidade se vai reforçando e que envolve tanto os Estados como grandes organizações e empresas internacionais[14]. Embora aqueles continuem a canalizar os seus esforços para as relações com os outros estados e com as organizações de estados, estão no entanto mais limitados na sua autonomia de decisão. "O Estado mantém a sua centralidade nas relações internacionais, mas está cada vez mais condicionado e influenciado por outros Estados, organizações internacionais e transnacionais, ONGs[15], e a opinião pública internacional" – afirma José Pavia[16]. Também as poderosas organizações clandestinas de crime organizado, como os cartéis de droga, se envolvem nesta malha, afectando todos.

"A interdependência regista, assim, uma maior sensibilidade e vulnerabilidade a factores exógenos e uma diminuição da capacidade relativa dos Estados em controlarem e gerirem estes factores, que irão de forma crescente afectar directamente a sua soberania."[17] Esta interdependência que afecta todos os actores internacionais, atinge-os, no entanto, de formas diversas, de acordo com a sua sensibilidade e a sua vulnerabilidade, afirmam Keohane e Nye[18].

A vulnerabilidade da RGB reflecte-se na sua incapacidade para enfrentar as redes de droga; na escassez de meios navais para se opor às redes de migração clandestina, e na dificuldade em conseguir adequar as suas leis e sistemas ao acompanhamento e combate do fenómeno terrorista, impedindo-a de colaborar com maior eficácia no esforço de combate da CI[19]. Nesta caso, a possibilidade de a RGB poder ser utilizada como santuário de terroristas poderá ser reveladora da incapacidade deste país para diminuir a sua vulnerabilidade.

Se não forem tomadas medidas, as células de terrorismo internacional poderão vir a estabelecer-se nesta região como já o vão fazendo noutras zonas de África

Uma prática de segurança na RGB

As ameaças à segurança da RGB serão reduzidas se este país se desenvolver. Para isso necessita de estruturas de segurança que garantam as mínimas condições para o sucesso de programas de desenvolvimento. É principalmente desde 2003 que a RGB tem vindo a ser alvo de vários projectos de financiamento para promover as condições para o seu desenvolvimento.

As ameaças à segurança da RGB serão reduzidas se este país se desenvolver

Para anular as três fontes de instabilidade, existentes ou potenciais, acima identificadas, aos esforços da RGB, devem continuar a associar-se os programas e o financiamento da CI, incluindo, entre outros, a Organização das Nações Unidas, a Comunidade Económica dos países da África Ocidental (ECOWAS) e a União Europeia, com vista à criação de condições para um desenvolvimento sustentado.

A RGB, concretamente, beneficiou de apoios diferenciados. Em 2006 recebeu assistência financeira do Fundo Africano para o Desenvolvimento (ADF)[20] no valor de 8,53 milhões de dólares para um projecto de reabilitação rural e agrícola. Em Maio de 2005, a RGB assinou dois acordos para apoio ao desenvolvimento do sistema de ensino. Em Março de 2005 tinha recebido do ADF cerca de dois milhões de dólares para o levantamento de capacidades na gestão económica e financeira. Já em Abril do ano anterior tinha recebido um montante semelhante para reforço das capacidades de gestão económica, nomeadamente para o planeamento estratégico, a programação dos investimentos públicos e a coordenação de ajuda.[21]

Nos países em crise a estratégia seguida pela ONU para criar condições básicas de segurança tem sido materializada, através do posicionamento de forças de manutenção de paz, acompanhadas de agências de ajuda humanitária e outras, esperando-se que a iniciativa privada desses países dê continuidade às acções empreendidas, com as ajudas financeiras externas. Ora casos do passado demonstraram que não pode haver desenvolvimento sem segurança[22] e que, por outro lado, não haverá segurança (de uma forma permanente e garantida do interior desses estados ou territórios) sem desenvolvimento. Terá, sim, que haver uma fusão das iniciativas destes dois campos. Esta ideia é apresentada por Mark Duffield, o qual se inscreve na teorização da "global liberal governance"[23]. A fusão do desenvolvimento e da segurança deu à "governação liberal global" uma lógica política expansiva e inclusiva. Expansiva, pois os novos sistemas de governação global tentam fazer frente a cada vez maior número de conflitos derivados daquilo que apelida de situação "neo-medieval": soberanias que se sobrepõem e que são fragmentárias confrontam-se com uma autoridade central cada vez mais enfraquecida, inclusive na medida em que a lógica da governação global vai incorporando e subordinando todos os sistemas de governação, relativizando cada vez mais o conceito de soberania. O ressurgimento do perigo que o subdesenvolvimento pode constituir para a segurança acrescentou urgência e justificação à nova agenda do desenvolvimento. Daí ter emergido uma nova ideia de segurança na qual a estabilidade é agora encarada como impossível de se alcançar sem desenvolvimento, enquanto que o desenvolvimento não é sustentável sem estabilidade. Nesse sentido, na reunião do Conselho da União Europeia que decorreu durante a Presidência Portuguesa, em 19 e 20 de Novembro de 2007, a União dedicou especial atenção às questões de Segurança e Defesa e ao Desenvolvimento, colocando as matérias sobre África em destaque, em toda a agenda da reunião[24]. As conclusões desse Conselho dedicadas ao binómio Segurança e Desenvolvimento reflectem a preocupação da Presidência Portuguesa da UE com essas matérias, nomeadamente como alcançar coerência entre a segurança e o desenvolvimento, tanto na política a adoptar como em medidas concretas.

Enquanto actor global, a UE possui uma panóplia de instrumentos aplicáveis no desenvolvimento a longo prazo e na erradicação da pobreza[25], na prevenção e gestão de conflitos violentos[26] e na construção da paz em países em desenvolvimento[27]. No Conselho acima referido a UE comprometeu-se a fazer esforços para melhorar a coerência, eficiência e visibilidade das suas políticas externas e a construir as sinergias entre eles. Foi ainda reconhecido o papel da ONU no reforço das ligações entre segurança, desenvolvimento e direitos humanos, não descurando o papel de outros actores nestas áreas e a necessidade de coerência entre as actividades da UE e as dessas organizações.

Aumentar a coerência entre segurança e desenvolvimento, tanto ao nível político como operacional, é um processo que requer melhoramentos a curto prazo e acção a longo prazo. Para isso, foram identificadas acções pragmáticas iniciais para uma coerência aumentada em algumas das áreas que difundem o nexo Segurança-Desenvolvimento: planeamento estratégico, Reforma do Sector de Segurança (RSS), parcerias com organizações regionais e sub-regionais, e segurança e ajuda humanitárias. Dentro destas áreas o Conselho deu especial realce à RSS[28]. As actividades em curso demonstraram a necessidade de uma coordenação global entre os planeamentos e acções de curto e longo prazos. As missões de curto prazo que são lançadas em regiões ou países onde se encontram já em curso outras actividades da UE, de longo prazo, necessitam de um mecanismo coordenador que permita o aproveitamento mútuo das sinergias criadas com a dupla presença. Baseado no Quadro Político da

EU para a RSS[29], o Conselho fez apelo aos Estados-Membros, à Comissão e ao Secretariado-Geral do Conselho (SGC) para prosseguirem os esforços de melhoramento da partilha de informação. Também chamaram a atenção para o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), muito ligado ao da RSS. Durante 2008 decorrerá o trabalho de análise, focado nos países onde decorrem acções, nomeadamente de RSS. Será o caso da RGB, e de outras missões no âmbito da PESD, com o objectivo de se identificarem melhores vias para melhoramento da sequência e coordenação das actividades UE.

Finalmente, nas suas conclusões, o Conselho afirmou que o trabalho futuro em segurança e desenvolvimento deveria incluir uma abordagem mais detalhada em várias vertentes, devendo ser prestada especial atenção às operações de apoio à paz lideradas por África, sem prejuízo de iniciativas noutras regiões. Esta indicação do Conselho demonstra a preocupação em abranger todas as perspectivas do binómio segurança-desenvolvimento, envolvendo não apenas a UE, mas contando também com os esforços africanos.

Iniciativas da União Europeia na Guiné-Bissau

Vejamos quais as iniciativas passadas e presentes da Comissão e do Conselho da UE para a RGB, e os efeitos que se antevêem, incluindo as actividades que se encontram ainda em fase de proposta, considerando que a RGB é um problema de todos, com uma dimensão global. Isto é verdade, por um lado, porque a complexa rede-mundo em que todos mergulhamos cria a interdependência que leva a que toda a rede seja afectada por uma única iniciativa de qualquer estado ou organização. Também, por outro, porque os prejuízos criados pelos três problemas acima descritos – terrorismo, narcotráfico e tráfego de pessoas – são prejuízos de toda a rede, a CI, lesando cada um dos seus elementos.

As iniciativas da UE na RGB têm sido conduzidas, de uma forma conjunta, tanto pela Comissão como pelo Conselho. Relativamente à primeira, encontra-se em Bissau, desde meados do segundo semestre de 2007, uma representação que irá estudar as condições de financiamento de programas de desenvolvimento no âmbito do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED)[30]. Mas, para além desta recente missão, a Comissão tem levado a cabo uma importante série de iniciativas na RGB. Esta, mais recente, decorre no âmbito do artigo 3.º do seu Instrumento de Estabilidade (IfS)[31], para assistência na resposta a situações de crise ou pós-crise. No decorrer desse instrumento, foi já identificado um projecto no valor de 700.000 euros, com o objectivo de contribuir para a estabilização política e institucional através do fornecimento de assistência técnica ao governo na implementação do processo nacional de RSS[32]. No seu primeiro relatório, essa equipa refere uma falta de recursos financeiros e materiais no Ministério da Defesa (MDN) e no Comité para a Coordenação Técnica (CTC). O processo de reforma encontra-se centralizado, com as decisões requerendo a aprovação do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas guineenses (CEMGFA). Contudo, a equipa de peritos do IfS trabalha em colaboração com o MDN, que prevê que aqueles, conjuntamente com os peritos nacionais do CTC, serão capazes de levar por diante o processo de reforma, tendo tido já êxito em providenciar informação eficaz e substancial sobre os termos de referência para o recenseamento das Forças Armadas, que foram aprovadas pelo respectivo Comité Director, estando prontos para implementação. O passo seguinte é a campanha de sensibilização das forças militares para o processo de recenseamento e para as medidas planeadas para o processo de DDR. Esta campanha começou no final do ano passado em cada uma das quatro regiões militares, sendo conduzida pelo CEMGFA, membros do seu gabinete e elementos da CTC, com o apoio da equipa do Instrumento de Estabilidade da Comissão Europeia. Os futuros progressos dependerão agora da finalização com sucesso do programa de recenseamento militar e actividades relacionadas, que se espera venha a estar concluído no final do primeiro trimestre de 2008.

... a RGB é um problema de todos, com uma dimensão global

O SGC prepara, por seu lado, uma missão no âmbito da sua Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), lançada a partir do final de Fevereiro de 2008, denominada EU SSR Guinea-Bissau. O seu chefe será o general espanhol Juan Esteban Verástegui. Esta missão é um caso particular pois possui caracte-

rísticas *sui generis*: contrariamente às anteriores missões, de carácter militar e dedicadas essencialmente à reforma dos corpos militares, estender-se-á não só às Forças Armadas, como também às de segurança, incluindo ainda os serviços prisionais e de justiça. Será dirigida pelo novo órgão civil do SGC, o CPCC[33], pelo que aparecerá com um formato menos militar do que anteriores missões da UE nesta área, como a EUSEC RD Congo[34]. Com a duração prevista de um ano, esta missão tem por objectivo principal auxiliar as autoridades da RGB a implementarem o seu plano de RSS, esperando-se que sejam criadas as condições para dar aos antigos combatentes[35] e a todos aqueles que, após as acções de reforma, forem retirados das Forças Armadas e de Segurança, uma integração sustentada na sociedade civil que contribua para o desenvolvimento social e económico do país.

A Guiné-Bissau enfrenta três tipos de ameaças à segurança, com origem no crime organizado. Uma delas, o terrorismo, ganhou uma visibilidade acrescida com as suspeitas levantadas pelo assassínio de turistas estrangeiros no final do ano passado. No entanto, o narcotráfico e a migração clandestina com origem nesse país também constituem perigos que a Europa deve enfrentar. Existem laços de 'interdependência complexa' entre os continentes africano e europeu. A teorização de Keohane e Nye demonstra que a RGB não está isolada e, portanto, os fenómenos de tráfico de droga e as redes ilícitas de emigração afectam não só este país como a sua vizinhança e a Europa.

A UE tem capacidade de apoiar a Guiné-Bissau na resolução dos seus problemas. Esse apoio tem vindo a materializar-se em iniciativas para o desenvolvimento, no âmbito das atribuições da Comissão

---

[1] Keohane, Robert O. e Nye Jr., Joseph S. (1989) *Power and Interdependence: World Politics in Transition.* Little, Brown and Company, Boston, e Keohane, Robert O. e Nye Jr., Joseph S. (1998) "Power and Interdependence in the Information Age" *in Foreign Affairs,* v. 77, nº 5 (Sept/October 1998).

[2] A missão *EU SSR Guinea-Bissau* será abordada mais à frente.

[3] Narco-estado será um país que se encontra controlado e corrompido por cartéis de droga e onde o estado de direito deixou de existir. Esta situação poderá ocorrer em países como o Afeganistão, se não forem impostas medidas para proteger o estado de direito. O termo tem vindo a ser generalizado pelos meios de comunicação social, a propósito, por exemplo, desse país. Cf. site Internet da CNN, visitado a 4 de Março de 2008, http://edition.cnn.com/2007/LIVING/studentnews/10/31/cnnce.narco.state/index.html.

[4] Cf. Lewis, David (2008), *Africa's cocaine route*, Mail Guardian online, página internet visitada em 4 de Março de 2008, http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=310750&area=/insight/insight__africa.

[5] Bugge, Axel, *New European agency to tackle cocaine trade,* Agência Reuters, 30 de Setembro de 2007, Lisboa.

[6] Na conferência de doadores para a Guiné-Bissau, que decorreu em Lisboa a 19 de Dezembro de 2007, António Maria Costa, Director-Geral do gabinete da ONU em Viena e Director Executivo do gabinete das NU de Drogas e Crime (UNODC), expressou a preocupação com o envolvimento da RGB nas redes de cocaína. Cf. página da internet do Gabinete de Drogas e Crime da ONU, visitada em 4 de Março de 2008, http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html.

[7] As deportações atingem normalmente pessoas que são identificadas como estranhas no seio de uma comunidade ou etnia. São exemplos, para além das políticas de depuração do nazismo, durante a Alemanha do 3º Reich, as limpezas étnicas ocorridas nos Balcãs, durante as guerras balcânicas de 1912-1913 e, recentemente, nas guerras de 1992-1995. As redes clandestinas de migração, pelo contrário, deslocam para o exterior de um país os seus próprios nacionais, normalmente desde que tenham comprado "bilhete" de saída.

[8] Entrevista junto de Rodrigo Tavares, realizada em 19 de Dezembro de 2007, em Bruxelas. Este é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Gothenburg, Suécia, e investigador da Universidade das Nações Unidas (Brugge, Bélgica) na área de Estudos Comparativos de Integração Regional. Cf. http://www.cris.unu.edu/

[9] Ou estado-falhado, de acordo com Francis Fukuyama. Este estado não terá a capacidade institucional para implementar e forçar o cumprimento de políticas que anulem essas actividades.

[10] Cf nota de rodapé n.º 7.

[11] Keohane, Robert O. e Nye Jr., Joseph S. *op.cit.*

[12] Conselho da Europa, *A Secure Europe in a Better World – European Security Strategy*, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003.

[13] Idem.

[14] Keohane, Robert O. e Nye Jr., Joseph S. , *op. cit.*

[15] Organizações não-governamentais.

[16] Pavia, José Francisco, *Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*, Vega, Lisboa, 2000.

[17] Idem

[18] Keohane, Robert O. e Nye Jr., Joseph S., *op. cit.*

[19] Apesar das suas fragilidades a RGB foi capaz de gerir de forma adequada o incidente dos suspeitos de terrorismo, tendo executado a extradição no âmbito da legislação internacional sobre combate ao terrorismo, que tinha ratificado.

[20] O Fundo Africano para o Desenvolvimento (ADF) foi criado em 1972, compreendendo o *African Development Bank Group* e os Estados participantes. Ficou operacional em 1974, tendo com o principal objectivo reduzir a pobreza de países membros da região (RMC), através de empréstimos a baixo juro e financiamentos para projectos e programas, assim como assistência técnica a estudos e a actividades de construção de capacidades. Cf. página do ADF visitada em 4 de Março de 2008, http://www.afdb.org/portal/page?_pageid=473,968638&_dad=portal&_schema=PORTAL

[21] Dados do *African Development Bank Group*, http://www.afdb.org/portal, página da internet visitada em 22 de Janeiro de 2008.

[22] O Instituto de Estudos de Segurança da UE, em Paris, tem produzido muita matéria sobre o binómio Segurança e Desenvolvimento em África, Cf. Goerens, Charles, *Sécurité et développement de l'Afrique: une nouvelle approche pour*

Europeia, mas, para estabelecimento de estruturas e criação de condições de segurança aos projectos de desenvolvimento, terá também que incidir sobre missões características da PESD. É o caso da missão de RSS que a União está a agora a lançar. De facto, a RSS é um dos projectos mais necessários e mais urgentes para a Guiné-Bissau. O processo de DDR é outra faceta da reestruturação da sociedade guineense que, desde que devidamente levado a bom porto, proporcionará, aos antigos Combatentes da Liberdade e da Pátria, e aos militares em excesso nas fileiras, uma integração harmoniosa na Sociedade Civil. Trata-se, porém, de um processo de investimento prolongado que implica também apoio às autoridades democraticamente eleitas da RGB.

Como vimos, aumentar a coerência entre segurança e desenvolvimento, nos níveis político e operacional, requer melhoramentos a curto prazo e acção a longo prazo. Nesse sentido, o Conselho apontou as acções iniciais necessárias a um reforço da coerência em algumas das áreas do nexo Segurança-Desenvolvimento: planeamento estratégico, RSS, parcerias com organizações regionais e sub-regionais, e segurança e ajuda humanitárias. Só a fusão dos esforços que visem tanto a segurança como o desenvolvimento, e a coordenação dos respectivos programas e projectos já em campo, poderá permitir alcançar o desiderato de uma Guiné-Bissau segura e desenvolvida que ajude a reforçar as iniciativas da União Europeia no combate ao tráfico de droga, na anulação das redes de migração clandestina e mesmo na minimização da ameaça terrorista.

Fotos © Lusa

---

l'UE, Cahier de Chaillot nº. 99, EUISS, Paris, Abril de 2007.

[23] Para melhor compreender o conceito de governação mundial liberal, ver Duffield, Mark, Global *Governance and the New Wars*, Zed Books, London and New York, 2007.

[24] Conf. Documento do Secretariado Geral do Conselho nº 15240/07 (Press 262), "Press release, 2831st Council Meeting", Bruxelas, 2007.

[25] A Comissão tem programas de ajuda ao desenvolvimento, de apoio à reforma dos sectores de justiça e outros.

[26] As operações militares e civis da PESD destinam-se a cumprir missões definidas como de "Petersberg", fora do quadro da Defesa Comum. São complementares dos sistemas de defesa da Europa que a NATO proporciona.

[27] Nos países em desenvolvimento a EU participa com missões destinadas especialmente à consolidação da paz, nomeadamente de polícia, reforço do estado de direito e reforma do sistema de Justiça.

[28] Cf. Secretariado Geral do Conselho, "EU Policy Framework for Security Sector Reform", Doc. Nº 9967/06, Bruxelas, 2006.

[29] O documento "A Concept for European Community Support for Security Sector Reform", aprovado no Conselho da UE de 12 de Junho de 2006, complementa o conceito de apoio da PESD à RSS, adoptado em 2005. Estes dois conceitos dão forma ao quadro político para empenhamento da UE na RSS. Cf. Council General Secretariat, Press Release, 2736th Council Meeting, Luxemburgo, 2006.

[30] "O Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) é o principal instrumento da ajuda comunitária no âmbito da cooperação para o desenvolvimento dos Estados ACP assim como dos países e territórios ultramarinos (PTU). O Tratado de Roma de 1957 previu a sua criação para a concessão de ajuda técnica e financeira, inicialmente aos países africanos que eram colónias na altura e com os quais determinados Estados mantinham laços históricos. O Fundo é financiado pelos Estados-Membros e está sujeito às suas próprias regras financeiras, sendo gerido por um comité específico." *in* página da internet do FED, visitada em 4 de Março de 2008, http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12102.htm. A ajuda concedida aos Estados ACP e aos PTU continuará a ser financiada através do FED durante o período de 2008 a 2013 (décimo FED), no âmbito do Acordo de Cotonu revisto.

[31] "O Instrumento de Estabilidade foi instituído para proporcionar ajuda financeira durante o período de 2007-2013, garantindo condições estáveis para o desenvolvimento humano e económico e a promoção dos direitos humanos, da democracia e das liberdades fundamentais no âmbito da política da União Europeia em matéria de relações externas." *In* página da internet do Instrumento de estabilidade, visitada em 4 de Março de 2008, http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l14171.htm. o IfS vigora para o período de 2007 a 2013.

[32] A equipa de peritos da Comissão que se encontra em Bissau providencia aconselhamento sobre o enquadramento institucional da RSS, sobre as reformas legais necessárias, sobre a definição dos instrumentos de compensação e reintegração e sobre os sistemas de pensões de antigo pessoal de segurança (corpos de polícia, etc.). Para além disso, auxiliarão na preparação dos recenseamentos em falta e apoiarão a coordenação efectiva entre dadores e governo.

[33] A Capacidade de Planeamento e Conduta Civil (CPCC) teve a sua origem na Direcção-geral DGIX, responsável pelas missões PESD de âmbito civil.

[34] A EUSEC RD CONGO dá aconselhamento e assistência às autoridades congolesas responsáveis pela segurança, para além da promoção dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, entre outras tarefas. Foi lançada a 8 de Junho de 2005. Cf. página da internet, visitada em 4 de Março de 2008, http://consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.asp?id=909&lang=EN.

[35] Os "Combatentes da Liberdade e da Pátria" incluem combatentes da guerra colonial ou seus herdeiros, e os militares já reformados. O Ministério dos Combatentes da Liberdade e da Pátria tem como responsável Isabel Buscardiny. Cf "Notícias Lusófonas", página internet visitada em 5 de Março de 2008, http://www.noticiaslusofonas.com/view.php? load=arcview&article=9767&catogory=Comunidades.

Autor

TenCoronel Luís Eduardo Saraiva, Mestre e Doutorando em Relações Internacionais
Conselheiro Militar da Representação Permanente de Portugal junto da UE

O novo Conselho dos Direitos Humanos da ONU

um começo pouco promissor

Até ser substituída pelo Conselho dos Direitos Humanos, em Março de 2006, a Comissão dos Direitos Humanos era o pilar do sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas.[1] A Comissão foi criticada por incluir, entre os seus cinquenta e três membros, especialmente nos últimos anos, alguns dos maiores violadores dos Direitos Humanos, ou pela sua tendência para condenar mais os pequenos países do que grandes potências. A Comissão foi muitas vezes acusada de ser politizada, mais especificamente, de usar de "dois pesos e duas medidas" em função dos interesses dos Estados membros. A Comissão também foi muito criticada quando países conhecidos por violarem os Direitos Humanos, como o Sudão, Zimbabué, Arábia Saudita, Paquistão e Cuba foram eleitos como membros. A eleição da Líbia, em 2002, para presidir à Comissão, foi a gota de água que fez transbordar o copo. Na mesma altura, foram eleitos como membros Cuba e a Arábia Saudita.

A *National Review* descreveu a Comissão como um órgão que "dá cobertura diplomática a alguns dos piores tiranos do planeta."[2] O jornalista Mark Steyn retratou a Comissão como "um fórum de discussão inútil dominado por déspotas africanos" e o seu trabalho como "uma eterna cerimónia de entrega de prémios aos torturadores do mundo."[3] Um relatório

da Stanley Foundation falava do "sucesso dos governos que violam os direitos humanos que usam o lugar na Comissão para evitar as pressões para melhorar as suas práticas, é seguramente um dos jogos mais cínicos da política internacional" e definiu-a como "disfuncional" e "um mercado negro no seio da organização."[4] A Amnistia Internacional acusou o órgão de usar de "dois pesos e duas medidas" e que "a pertença ao órgão é frequentemente usada para proteger os membros da Comissão da fiscalização dos direitos humanos, em vez de proteger e promover os direitos humanos."[5] O Painel de Alto Nível concluiu que "a capacidade da Comissão ... é cada vez mais minada pela erosão da sua credibilidade e profissionalismo. Em particular, alguns Estados procuram ser eleitos para a Comissão não para defender os direitos humanos, mas sim para se protegerem de críticas ou para criticarem outros. A Comissão perde, assim, cada vez mais credibilidade e a reputação de todo o sistema das Nações Unidas sofre com isso."[6]

O Secretário-Geral, Kofi Annan, admitiu publicamente o "défice de credibilidade" e afirmou: "chegámos e um ponto em que a cada vez menor credibilidade da Comissão lançou uma sombra sobre a reputação do sistema das Nações Unidas. Se não reestruturarmos a nossa maquinaria de direitos humanos, podemos não ter capacidade de renovar a confiança pública nas próprias Nações Unidas."[7]

Face à perda total de credibilidade da Comissão, a Assembleia Geral tomou em 2006 a decisão de substituir a Comissão com um Conselho permanente dos Direitos Humanos.[8]

A criação do Conselho dos Direitos Humanos em 2006 foi recebida com entusiasmo pelos actores que nas várias vertentes pugnam pelo fortalecimento dos mecanismos de protecção e monitorização dos Direitos Humanos. A Cimeira Mundial de 2005 aprovou a proposta e os vários aspectos foram tratados em negociações entre os países membros que culminaram na resolução de Abril de 2006 que criou o Conselho. A resolução não foi consensual, devido sobretudo às objecções dos EUA que queriam um órgão mais pequeno e que os membros fossem eleitos por maioria de 2/3 da Assembleia Geral. Queriam ainda maiores garantias para evitar o acesso ao órgão de Estados pouco respeitadores dos Direitos Humanos ou que usassem a sua presença no órgão para mascarar as violações cometidas no plano interno. Washington defendia ainda que o Conselho fosse um órgão principal da ONU e não um órgão subsidiário da Assembleia Geral, uma vez que os países em vias de desenvolvimento detêm aí a maioria.

As críticas americanas tinham possivelmente a sua razão de ser, uma vez que começaram já a evidenciar-se os vícios e as dinâmicas políticas que mancharam a reputação da anterior Comissão. Começando pela composição, o Conselho tem quarenta e sete membros, contra os cinquenta e três da Comissão. As propostas iniciais propunham um órgão de vinte a trinta Estados de modo a agilizar a tomada de decisões. As mesmas propunham critérios mais rigorosos para a eleição dos membros, como a exigência de padrões mínimos de conduta quanto ao respeito dos Direitos Humanos. A selecção dos membros manteve, na escolha dos membros integrantes, o critério da representatividade dos blocos regionais (embora individualmente devam também colher uma maioria de 2/3 dos votos da Assembleia Geral). O sistema tem as suas falhas, uma vez que não evitou a eleição de países como Cuba, China, Paquistão e Argélia, entre outros.[9]

Após cerca de dois anos de funcionamento, o historial do Conselho tem sido decepcionante, pois padece dos mesmos vícios da extinta Comissão. A inoperância e as divisões políticas no novo órgão ficaram patentes na resolução aprovada em 13 de Dezembro de 2006 acerca da crise humanitária na região do Darfur. A tibieza da resolução é reveladora da resistência cada vez maior entre os países em vias de desenvolvimento relativamente a acções que ponham em questão a soberania dos Estados em nome da "responsabilidade de proteger" que a ONU assumiu em 2005 para defender as populações dos desmandos dos Estados.

A inoperância e as divisões políticas no novo órgão [Conselho] ficaram patentes na resolução aprovada em 13 de Dezembro de 2006 acerca da crise humanitária na região do Darfur

É patente uma coligação informal entre países da Ásia e de África, liderados pela China, e de países islâmicos, liderados pelo Paquistão

Em Novembro de 2006, o Conselho aprovou uma resolução pedindo a revisão dos critérios e procedimentos que regulam os procedimentos especiais, isto é, os mecanismos que permitem a elaboração de relatórios independentes por especialistas. A referida resolução reflectia claramente a intenção de enfraquecer tal mecanismo e comprometer a independência dos relatórios.

Desde a sua entrada em funcionamento, no seio do Conselho é patente uma coligação informal entre países da Ásia e de África, liderados pela China, e de países islâmicos, liderados pelo Paquistão. Ambos têm tido uma acção que visa reduzir a autonomia e a capacidade de acção do Conselho, em detrimento dos Estados. Os países islâmicos pretendem especificamente evitar a condenação do Sudão e enfraquecer os mecanismos de monitorização mais independentes do Conselho. A Argélia apresentou uma proposta de resolução que se limitava a manifestar "preocupação" sobre a situação no Darfur. A emenda, avançada pela União Europeia, que pretendia medidas concretas por parte do governo sudanês e exigia o acesso irrestrito do Alto Comissariado dos Direitos Humanos, foi reprovada. É premente acrescentar que em 2006 o Conselho organizou três sessões especiais: todas versaram sobre a situação nos territórios palestinianos. Em Dezembro de 2006, e só após pressões de vários quadrantes, de dentro e fora da ONU, foi possível aprovar uma sessão especial sobre o Darfur.

Na sessão, ficaram patentes as divisões políticas (mas igualmente a união da frente de países que pretende desculpabilizar o Sudão) e as profundas divergências sobre a avaliação da situação no Darfur, apesar das informações e testemunhos apresentados. A resolução adoptada reflecte o consenso mínimo possível: as divergências concentraram-se no perfil de observadores a integrar a missão de verificação a enviar ao território. A UE defendia que os observadores fossem independentes e fossem indicados na sequência de consultas com o Alto Comissariado e com o relator especial para o Sudão. A oposição do bloco africano e islâmico só viabilizou uma situação de consenso: a missão seria formada por pessoas indicadas pelo presidente, após consultas aos países-membros e ao relator especial para o Sudão.[10]

Cabe referir, por último, que, entre as 47 nações eleitas para compor o novo Conselho, estão ditaduras como Cuba, Arábia Saudita e China, além de países como Paquistão e Rússia, onde os Direitos Humanos estão longe de ser respeitados. Resgatar a credibilidade da instituição, logo após a sua criação, começa a ser um novo desafio para a ONU.

---

[1] Julie A. Mertus, *The United Nations and Human Rights: A Guide for a New Era*, NY, Routledge, 2005, p. 48.

[2] Editorial, "Ending the "Human Rights" Farce", *National Review Online*, 13.02.2006 (em http://www.nationalreview.com/editorial/editors200602131102.asp).

[3] Mark Steyn, "America and the United Nations", *Imprimis*, Janeiro de 2006 (em http://www.baxtercounty-republicans.com/america_un.html).

[4] The Stanley Foundation, "Toward Larger Feeedom", 2005 (em http://www.stanleyfoundation.org/reports/UNND05.pdf.

[5] Amnesty International, *2005 Commission on Human Rights: The UN's Chief Guardian of Human Rights?*, AI Index IOR 41/008/2005 (10 Mar. 2005).

[6] A/59/2005, *Em maior liberdade: desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos - Relatório do Secretário-Geral*, 21 de Março de 2005, parágr. 182.

[7] "Annan Says Rights Body Harming UN", BBC News Online, 7.04.2005 (em http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/europe/4419333.stm).

[8] Paul Gordon Lauren, "To Preserve and Build on its Achievements and to Redress its Shortcomings": The Journey from the Commission on Human Rights to the Human Rights Council", *Human Rights Quarterly*, vol. 29, nº 2, Maio de 2007.

[9] João Pontes Nogueira, "O Conselho de Direitos Humanos da ONU: mudança ou continuidade? Avaliação preliminar a partir do caso do Darfur", Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Janeiro de 2007, pp. 3-5.

[10] Seguimos a exposição de Nogueira, *op. cit.*, pp. 6-11.

Autora

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
Sócia nº 778/00 da AACDN

Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós-25 de Abril

António Vitorino (XIII Governo Constitucional)

Nome: António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Data de nascimento: 12 de Janeiro de 1957
Naturalidade: Lisboa
Pai: José Maria Ribeiro Ferreira Vitorino
Mãe: Maria Virgínia Torres de Carvalho Ferreira Vitorino
Estado Civil: casado com Maria Beatriz Demony de Carneiro Pacheco
Número de Filhos: dois

O ex-Ministro da Defesa, António Vitorino, licenciou-se em Direito, em 1980. É Mestre em Ciências Jurídico-Políticas e tem dedicado parte da sua carreira profissional à docência universitária. Partilha, com os telespectadores da RTP1, as suas *Notas Soltas*, sobre a actualidade nacional e internacional.

Eleito deputado pela primeira vez, em 1980, foi, em 1984, Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e membro da Comissão Mista do Parlamento Europeu/Assembleia da República.

Integrou a Comissão Eventual de Revisão Constitucional e presidiu à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Em 1986 e 1987, foi Secretário Adjunto de Administração e Justiça do Governo de Macau e, logo depois, deputado à Assembleia da República, eleito pelo círculo da Guarda.

Foi eleito, em 1989, juiz do Tribunal Constitucional e assim permaneceu até 1994, quando se tornou deputado do Parlamento Europeu. Neste organismo, presidiu à Comissão das Liberdades Públicas e dos Assuntos Internos e foi membro da Subcomissão dos Direitos do Homem e da Delegação para as relações com a República Popular da China. Acumulou as pastas da Presidência e da Defesa durante o executivo de Guterres. Teve também uma intervenção nuclear no conturbado processo de Revisão Constitucional de 1997, por não se opor, de acordo com Marcelo Rebelo de Sousa, "à abertura do PS, à flexibilização do Sistema Eleitoral parlamentar, ao reforço da autonomia dos Açores e da Madeira".

Em 1999, como membro da Comissão Europeia, foi responsável pelo pelouro da Justiça e Assuntos Internos.

Foi eleito deputado da Assembleia da República, pelo círculo de Setúbal, em 2005, tendo renunciado ao mandato, em 2006, e membro da Comissão Política do Partido Socialista.

Para além da advocacia, que exerce em profissão liberal, preside à Assembleia Geral do Banco Santander Totta, da Brisa, da Finpro e da Nova Base, e é Administrador não executivo da Siemens Portugal.

Principais medidas enquanto MDN

António Vitorino é responsável por um variado conjunto de medidas. No que diz respeito a missões no exterior, por exemplo, assinou o Despacho nº 4/MDN/96, que estendia os direitos dos Deficientes das Forças Armadas aos portugueses que tivessem prestado serviço na Bósnia, e o Despacho Conjunto nº 169/96 (MDN), que determinava que os militares integrados nas missões humanitárias e de paz deveriam relatar, ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, todos os factos ou matérias de interesse nacional, que ocorressem ou dos quais tomassem conhecimento.

Em 1996 aprovou em Conselho de Ministros, o Decreto-Lei nº 233/96 que "definia o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional". No ano seguinte, por Portaria nº 66/97, autorizou a participação de militares portugueses na Força de Estabilização de Paz (SFOR), na Bósnia-Herzegovina, e na missão de apoio humanitário às populações na Albânia (Portaria nº 295-A/97).

Também os sargentos foram alvo de algumas medidas importantes, a saber: a Portaria nº 124/96 que adequava "os aspectos relativos à organização e orientação de ensino" dos cursos de formação de sargentos ministrados na Escola de Sargentos do Exército; o Decreto Regulamentar nº 4/96 que aprovava o Estatuto da ESE; o Decreto-Lei nº 299/97 que concedia o direito aos sargentos mais antigos de auferirem um diferencial nas situações em que a sua remuneração fosse inferior aos sargentos mais modernos; e, finalmente, a criação da Escola Superior Politécnica do Exército (Decreto-Lei nº 248/96).

Da sua tutela destaca-se, ainda, a Portaria nº 238/96 que estendia a totalidade das armas e serviços do Exército aos cidadãos do sexo feminino, a aprovação do Regulamento dos Beneficiários do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (Portaria nº 762/96), a promoção dos militares dos quadros permanentes dos Deficientes das Forças Armadas (Decreto-Lei nº 134/97) e o Decreto Regulamentar nº 47/97 sobre os Centros de Classificae Selecção.

Autora

Tenente Ana Dias, Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do MDN, Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP

A Assembleia da República e a Crise na Justiça

A Administração da Justiça tem um papel preponderante na estabilidade do regime democrático. Para o reconhecer não é necessário recorrer à invocação de serem os tribunais, no seu conjunto, um órgão de soberania, porque tal seria reduzir o assunto à sua mera factualidade externa. Mais importante do que ser um pilar constitucionalmente consagrado do regime democrático, é o conteúdo das funções exercidas pelos tribunais e o contributo que dão para a paz social.

Os tribunais decidem os conflitos entre os cidadãos, quer sejam de ordem civil, penal, administrativa, laboral, familiar, comercial ou fiscal, e são a última defesa do cidadão perante as acções abusivas do Estado e órgãos deste dependentes, o que constitui achega essencial para a estabilidade e pacificidade sociais.

Perante a relevância destas atribuições, uma exigência é de fazer: que a Justiça ministrada pelos tribunais seja isenta, imparcial e atempada. O que postula um axioma: a independência dos juízes, a autonomia do Ministério Público e a igualdade das partes nos respectivos pleitos.

As atribuições dos tribunais procedem da lei. Esta promana da Assembleia da República, que a elabora. O funcionamento material dos tribunais, decorrente da necessidade de dar execução à lei, depende dos meios logísticos a fornecer pelo Governo.

Donde é lícito retirar a ilação de resultar, em última

... que a Justiça ministrada pelos tribunais seja isenta, imparcial e atempada. O que postula um axioma: a independência dos juízes, a autonomia do Ministério Público e a igualdade das partes nos respectivos pleitos

análise, o bom funcionamento dos tribunais, logo, da Administração da Justiça, de leis justas e equitativas da Assembleia da República e do fornecimento, pelo Governo, dos meios adequados para a sua execução.
Se os tribunais civis, administrativos, fiscais e comerciais, a funcionarem em condições razoáveis, podem concorrer para a estabilidade ou dinamização da economia, são os tribunais criminais, onde se decide sobre a honra, a integridade física e a vida das pessoas, que têm maior impacto na opinião publicada e pública.
Sem retirar a quota-parte de responsabilidade que lhes cabe no mau funcionamento de Justiça em Portugal, é fácil apontar o dedo a magistrados, advogados e funcionários de justiça como principais autores da crise em que aquela se vê mergulhada. O expediente do "bode expiatório" funciona tanto melhor quanto os seus destinatários desconhecem a realidade a que respeita.
A crise da Justiça, e designadamente da justiça criminal, tem um espelho actualizado: o Código Penal e o Código de Processo Penal em vigor, cuja responsabilidade cabe por inteiro à Assembleia da República. Desfasados das realidades sociais e criminais, permissivos, senão mesmo fomentadores, da grande criminalidade económico-financeira, incentivadores de diversos tipos de associações criminosas, negligenciadores da prevenção geral e especial do crime _ o que tem sido assinalado de forma retumbante por professores de Direito, magistrados, advogados e comentadores políticos, quase sem discrepância _ têm dado um contributo deplorável para a confusão que reina no labor diário dos operadores judiciários e no espírito dos que se vêem obrigados a recorrerem aos tribunais.

A crise da Justiça (...)tem um espelho actualizado: o Código Penal...

Há uma regra, simultaneamente bíblica e jurídica, que enuncia: "o seu a seu dono". Pois, dê-se à Assembleia da República o que lhe pertence, a principal responsabilidade pelo mau funcionamento da Justiça.
Mas há, também, uma regra concomitantemente empírica e cristã, vertida no preceito que aconselha que, perante um erro, se dê, a quem o praticou, uma segunda oportunidade.
Tem a Assembleia da República a faca e o queijo para emendar a mão...

Autor

José Marques Vidal
Juiz-Conselheiro Jubilado
do Supremo Tribunal Administrativo

A Globalização da Violência

ou a Moderna Sociedade do Medo

Muitos de nós têm-se dado conta de estar a assistir a um crescendo da insegurança de particular encenação citadina e representada por actores provenientes das mais diversas tendências metodológicas. Do crime fino e clássico, do ladrão ou do burlão de punho de renda (em que não raras eram as vezes em que o público se colocava do seu lado, quiçá, do lado "do desprotegido ou do menos valido na vida") – o que não quer dizer que igualmente não aparecesse o crime do fio da navalha ou o do chumbo perdido – passou-se hoje para uma criminalidade despudorada e brutal com aparentes sinais de organização, sobreponível ao que de melhor a *camorra* tem desempenhado e dado a conhecer...

E é aqui, parece-me, que as coisas se terão sobejamente alterado dentro do rectângulo luso. Ao arrepio das mais variadas estruturas/entidades/organizações – aparentemente, cada vez menos organizadas – o crime, esse, está a organizar-se!

Embora as estatísticas afirmem (e elas valem o que valem, desde que se utilize a metodologia apropriada para o fim em vista) que a criminalidade geral diminuiu(?), o certo é que a tipologia de violência apresenta uma franca tendência de aumento, paralelamente (pasme-se) à ocorrência do incremento da vídeo-vigilância! Podíamos até afirmar: está-se a entrar, infelizmente, numa espiral de globalização do crime com transmissão directa do ocorrido.

... parar com a baboseira de afirmações de pseudo-democracia, que constituem a forma pré-maligna de uma doença social, a democratose (corrosiva), que de democracia nada tem

Quando ainda ontem se podia deixar as crianças brincar na rua, hoje nem os adultos estão a salvo, mesmo que se encontrem em trânsito... e não é exagero, como infelizmente nos é dado constatar.

Contudo, valerá a pena distinguir as diferentes roupagens desta violência. Numa análise que se quer séria, não se pode incluir debaixo do mesmo foco: a violência doméstica nas suas diversas vertentes, de características predominantemente amadoras e transversal a todas as camadas sociais e regiões do país, ainda que em crescendo ou, pelo menos, com mais divulgação; os crimes – da noite – de natureza perfeitamente localizada e individualizados nos seus propósitos, perpetrados por verdadeiros profissionais, devido a interesses territoriais obscuros, tendo por pano de fundo o eufemismo de uma dita protecção; o tráfego de seres humanos, principalmente com vista à prostituição; e, igualmente, o tráfego de drogas e de armas, este último de aspecto verdadeiramente alarmante.

Ainda no âmbito do crime organizado, não podemos esquecer o rapto para extorsão de bens; para exploração sexual, sobretudo de crianças; e o que tem por propósito a aquisição de órgãos para transplante, a que não é estranho o sequente homicídio.

Também não podemos colocar ao mesmo nível, o roubo de sacão, mesmo com lesão física da vítima, e o roubo com arma de fogo – de pessoas e respectivos pertences – de forma isolada ou quando incluídas em diversos ambientes, inclusive o de trabalho – desde bancos a gasolineiras – ao qual se têm juntado, mais recentemente, as diferentes modalidades de *carjacking*, ao melhor estilo holiwoodesco.

Preocupante tem também sido o que nos foi dado observar, no tocante à violência, o que ocorre a nível das escolas, entre alunos, entre professores e alunos e entre os pais dos mesmos e os professores.

À inventariação resumida desta lista, de assumida carga violenta, deve acrescentar-se um tipo de criminalidade, praticada desde tempos imemoriais e aceite em algumas sociedades (vá-se lá saber porquê), e só há relativamente pouco tempo mais divulgada (possivelmente por vergonha da vítima e dos seus familiares) – a pedofilia – nos seus mais diversos aspectos, inclusive, e mais modernamente, o da sua publicitação através da *net*.

Para finalizar, muitos de nós já se deu conta de possuir, quando não respeitando as regras de segurança e de civismo, verdadeiras armas letais – os veículos motorizados. Na verdade, há quem os conduza de uma forma hominídea ou primeva, como arma de arremesso, ou recreando, mais modernamente, do ponto de vista histórico, as invasões da barbárie no tempo do Império Romano. Outros, porém, procuram, através deles, e de uma forma mais sofisticada, solucionar ou suprir as suas insuficiências ou dificuldades de se imporem ou de se mostrarem, quer a nível caseiro, quer no emprego, já para não falar em outras inconsistências relacionadas com a própria vida sexual... Enfim, poder-se-á dizer que existe carro ou mota para todo o tipo de catarses.

Ora, na sua generalidade, os veículos foram criados para facilitar a vida do Homem e não para a complicar e, muito menos, para se constituírem como formas de lhe pôr fim. Por outro lado, e apesar do conforto proporcionado pelos seus assentos, não se devem substituir aos divãs dos gabinetes de psiquiatria.

Em suma, os veículos motorizados são simples e cómodos meios de deslocação ao serviço do Homem – e não mais de que isso!

Os conformistas e, de certo modo, os mais desligados da realidade poderão dizer: O que querem? É a vida...!

Como já foi comprovado ao longo da História, o cruzar

PORTUGAL Diário de Notícias 19

Venda do Pinheiro. O empresário encontrado morto na segunda-feira à porta de casa já tinha sido vítima de um atentado com arma de fogo, juntamente com três amigos. Todos ficaram feridos à laia de aviso. Polícia teme um cenário de vingança e que Carlos Cabriz não tenha sido a última vítima

Empresário e três amigos foram alvo de atentado

Carlos Cabriz poderá não ter sido a última vítima

PSP detém autor de 16 assaltos a ourivesarias

20 Diário de Notícias PORTUGAL

Explosão em escola básica foi provocada por um aluno

Operação de larga escala envolveu buscas a casas e estabelecimentos

Porto. Judiciária apreendeu 35 carros, alguns roubados através de 'carjacking'

Viciava e negociava automóveis furtados

Será que desta forma tão compreensiva, tão cheia de benevolência, se está à espera ou se tem a esperança de que alguma coisa possa melhorar?

dos braços e o facto do Homem se satisfazer com explanações reduzidas e de pouco fundamento nunca vieram a ajudar ou a promover o bem em qualquer sociedade, ainda que a curto prazo possa dar a parecença de que não existem escolhos no percurso. Daí que assuma particular importância o diagnosticar as razões subjacentes a tais manifestações deste retrocesso sócio-comportamental, a fim de se poder agir para extirpar o medo e a insegurança vivenciados na sociedade a que se pertence.

Neste, que deveria ser um *admirável mundo novo*, tão cicatrizado por guerras, muitas delas de razões ignotas, assiste-se hoje a uma delapidação de valores, a uma perda dos verdadeiros referenciais, a que não é estranha a vacuidade de trajecto de quem tenta alcandorar-se a um qualquer posto de liderança, nem tão pouco a instalação de uma cultura que permeia a implacabilidade no atingimento do poder e do lucro, na sua detenção e, até mesmo, através de uma ganância disforme, no estender a mão, qual manto tentacular encapotado, de modo a retirar o que é ainda dos outros, como se já não bastasse aquilo de que se é possuidor. Deste modo se vão constrangendo e agrilhoando as consciências daqueles que, jocosamente, como

... porquê aligeirar, ainda mais, as penalizações? Será essa uma das formas de diminuir o impacto dos atrasos processuais?

algumas "personalidades" do circo do *jet set* afirmam, não possuem a ambição. No entanto, é bom lembrar que é graças ao engenho desses mesmos não ambiciosos (desmedidos), meritoriamente descartáveis (quando já não servem os pressupostos objectivos), que se vão levantando os tão apregoados impérios.

Não que se esteja contra a ambição, própria de uma sociedade viva. O querer e conseguir-se ir mais além, o progredir na escala social, na procura de melhores condições, faz parte integrante de uma verdadeira evolução da mesma sociedade. Mas estamos, sim, perfeitamente contra o assalto-a-qualquer-preço ou a uma verdadeira predação de lugares e de benefícios – sem qualquer mérito por parte de quem os consegue –

mesmo que aparentemente os tenha atingido com punhos de renda.

E neste estado de coisas, de tão ínclitos e vorazes apetites, patrocinadores de manifestos desníveis, do que é que se poderia estar à espera?

A este propósito, convém dizer (para quem ainda possa estar enganado) que o Homem é um animal com cérebro de predador, compreendendo-se este facto pelo instinto de sobrevivência levado às últimas consequências. E se mais não faz é porque, ao longo dos tempos da sua evolução, se foi dotando de um freio (em parte imposto pela sociedade que ele próprio integra) – ligado à Moral e à Ética – que o refreia nesta particularidade comportamental de o mais forte (tentar) respeitar o mais fraco, ou menos dotado, ou carenciado, de quem, também ele – o mais-forte – (afinal) necessita.

Também não tem ajudado muito à reposição da respeitabilidade do Homem por si próprio, as envolventes com que se depara o panorama da Justiça. Bem sabemos que o mal é colectivo…mas tem de se começar por uma ponta.

Tem de se começar, precisamente, por se parar com a baboseira de afirmações de pseudo, democracia, que constituem a forma pré-maligna de uma doença social, a democratose (corrosiva), que de democracia nada tem e que só serve para corromper a própria sociedade. Deste modo, não abusemos do termo para tentar escamotear ou aparentemente branquear a desordem e as libertinagens dentro da sociedade.

A própria sociedade tem que enterrar, de vez, a hipocrisia, quando fala em direitos dos (coitados) dos prevaricadores, direitos ou normas que os mesmos teimam em ignorar e para os quais a mesma sociedade até é capaz de inventar justificações para o injustificável. Por outro lado, há que corrigir os desequilíbrios e desajustamentos na moldura penal para com determinados actos cometidos.

A este propósito, vem-nos à lembrança o ocorrido com o caso do *gang* do Multibanco; dos casos de atropelamento seguidos de fuga; do caso, muito mediatizado, de rapto e assassínio da uma criança, mesmo aqui ao lado da nossa fronteira, por um criminoso reincidente; já para não mencionar os homicídios da noite, a generalidade deles de forma gratuita…

Será que desta forma tão compreensiva, tão cheia de benevolência se está à espera ou se tem a esperança

de que alguma coisa possa melhorar?

Será de aguardar uma conversão tão profunda que faça estes indivíduos dedicarem-se, de futuro, a obras sociais ou, por que não, passarem a ajudar as criancinhas e os velhinhos a atravessar as ruas, já para não falar na possibilidade da sua preclara inclinação para exaltações poéticas, cujas compilações possam servir para coroar as mesinhas de cabeceira?

Será nisso em que verdadeiramente acreditamos…como bons cristãos que afirmamos ser? Então, porquê aligeirar, ainda mais, as penalizações? Será essa uma das formas de diminuir o impacto dos atrasos processuais? – Parece-nos, à partida, e com o devido respeito pelos jurisconsultos, estar-se a procurar com um erro tapar outro. Assim, se a Matemática não engana, é como fazer operações com integrais.

Permitam-me, a este propósito, que vos recorde o desabafo de um pai, momentos antes da execução da causadora da morte de sua filha, perante a multidão que se tinha concentrado às portas da cadeia: "Até parece que quem é culpada de toda esta situação é a minha filha, por ter estado em casa nesse dia fatídico, em que foi morta à machadada."

Mas se ao abrigo do politicamente correcto e (sempre) em nome do supremo interesse nacional (por vezes, reduzido a determinadas clientelas), lá se vão estendendo os tapetes vermelhos a individualidades – outrora, déspotas pouco iluminados, acusados de verdadeiras barbáries ou de albergarem criminosos terroristas – que, como por milagre, passam, de um dia para o outro, para amigos de longa data, para grandes patriotas e incansáveis lutadores anti-fascistas (pasme-se!) e anti-colonialistas e anti-qualquer-outra-coisa que soa bem… percebe-se, então, a dificuldade e o embaraço do legislador em ter que redigir outro enquadramento penal, leia-se ter mão pesada para determinados crimes.

O mesmo é dizer que continuamos a ficar pelos brandos costumes, para não dizer em cores-de-burro-quando-foge – sempre de bem com Deus e com o Diabo…não vá este tecê-las. E, assim, continuamos a assistir à libertação de condenados "bem compor-

tados" para continuarem, com todas as suas prerrogativas, a cometer, em versão mais retocada, os mesmos crimes! Porque, ao que consta, as prisões têm-se vindo a constituir como lugares verdadeiramente privilegiados de reflexão e de pós-graduação em matéria criminal. O que significa que a pretendida recuperação, orientação ou reencaminhamento vocacional do(s) indivíduo(s), no sentido de um correcto comportamento social, fica muito aquém do pretendido. Por outras palavras, a prisão, para certos crimes, é de pouca serventia, tal como a realidade, infelizmente, a tem demonstrado!

Temos igualmente de ser muito críticos com a intoxicação dos *media* que, por vezes, vão despejando, de uma forma pouco criteriosa, tudo o que captam, respaldados na tão propalada liberdade e no direito de informar. Contudo, há pormenores, em determinadas notícias, que pouco ou nada apresentam de valor acrescentado e que só servem para suscitar imitações, por vezes sangrentas e bastante perturbadoras, por parte de alguns actores nacionais – o que se dispensa. Veja-se o que está a acontecer com as armas em mãos de crianças!

Na verdade, todos nós gostamos de estar informados, só que, à liberdade de veicular essa informação, deve também estar subjacente a responsabilidade do como informar.

A propósito da criminalidade infantil – e escusamos de olhar para o lado, como se nada estivesse a acontecer – convém rever o critério dos escalões etários das crianças no capítulo da responsabilidade criminal. É tempo de pararmos de dizer que o jovem não sabe o que faz! Os jovens de hoje são muito mais adultos do que se pensa e têm a noção perfeita, como não podia deixar de ser, do que estão a fazer.

... convém rever o critério dos escalões etários das crianças no capítulo da responsabilidade criminal

Se se pode desresponsabilizar, parcialmente, um jovem de 10-11 anos, ou até com um pouco mais de idade, do seu desempenho desviante, muitas vezes por (infeliz) imitação dos mais velhos, ou para se afirmarem ou mostrarem que já os podem acompanhar e que são dignos da sua confiança, já o mesmo não se deve aplicar, no referente à desresponsabilização, nos escalões superiores a 14-15 anos.

Por outro lado, à desresponsabilização dos mais novos deverá corresponder a competente responsabilização dos pais e tutores pelos actos dos seus dependentes. À falta ou à inoperância da assumpção de autoridade

... à desresponsabilização dos mais novos deverá corresponder a competente responsabilização dos pais e tutores pelos actos dos seus dependentes

ou da corresponsabilidade, perante os actos cometidos, competirá ao poder judicial ajuizar e penalizar, em devido tempo e conformidade, ambas as partes.

É claro que a sociedade, no seu global, e sobretudo grande parte das suas cúpulas, também não está isenta de culpas. A obsessão do lucro, a exploração no emprego, a não divisão das mais-valias obtidas pelos colaboradores, o desemprego, a imigração desregrada, as restrições dos benefícios…têm contribuído, e de que maneira, para um estado de violência e insegurança.

E este estado de coisas, segundo a experiência, nunca foi resolvido por intermédio de repressões policiais nem pela vídeo-vigilância na rua!

O combate deste estado de coisas deve ser feito com a intervenção de todos nós e por cada um de nós, dentro da inerente responsabilidade e através do próprio exemplo – em casa, no emprego, na rua, nos tempos livres, antes de, com reconhecida veleidade e a habitual manha do avestruz, se apontar o dedo ao vizinho.

O que é que a sociedade pode esperar de quem tem por horizonte o bairro em que habita e as quatro paredes em que vive, frequentemente em precárias condições de saneamento?

Haja alguém que experimente durante uns tempos, e depois diga-me.

Autor

MajorGeneral Silveira Sérgio
Auditor nº 702/00

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Ministério da Defesa Nacional

Exército

Jornal do Exército

ANA Aeroportos de Portugal

Delta Cafés

O BPN é o Banco com lugar para todos

BPN

PT

REN Redes Energéticas Nacionais

Montepio

Fundação Luso-Americana

Vila de Cascais

Briso

Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora

Herdade do Esporão Enoturismo

ctt

Os CTT-Correios de Portugal têm por missão o estabelecimento de ligações físicas e electrónicas entre os cidadãos, a administração pública, as empresas e as organizações sociais em geral. A sua tradição postal será progressivamente reforçada e alargada às actividades e áreas de negócio onde a vocação logística e comunicacional da empresa possa ser eficientemente colocada ao serviço dos clientes.

Município de Reguengos de Monsaraz

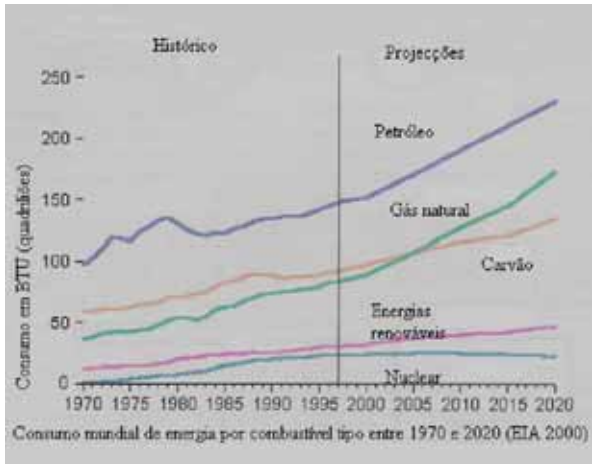
Rumo à Modernidade

A China
no Mundo Globalizado

II Parte

Energia

O consumo energético a nível mundial cresce a um ritmo intenso, apesar das recomendações para que haja contenção e, se possível, uma diminuição na utilização dos combustíveis fósseis, devido às elevadas emissões de gases com efeito de estufa, recorrendo a energias limpas ou renováveis. Não iremos tomar posição nesta matéria por estar adquirido, por sobejamente demonstrado pelos especialistas na matéria, que as alterações climáticas resultantes das emissões gasosas poderão levar a uma catástrofe de efeitos imprevisíveis para todo o ecossistema. No entanto, vamos apresentar, em traços muito largos, o problema, considerando os consumos e as suas variações ao longo do tempo, bem como as reservas actualmente disponíveis.



Consumo mundial de energia por combustível tipo entre 1970 e 2020 (EIA 2000)

Petróleo

Em Junho de 2007 o consumo mundial de petróleo era de 82.234.918 barris por dia, sendo os principais consumidores (Quadro 7) os países de mais elevada produção industrial, o que é sinónimo de maiores consumidores de energia. O petróleo bruto tem uma densidade que varia em função da sua origem e composição, situando-se entre 0,85 e 0,90. Por isso cada barril de bruto pesa ~100kg.

O petróleo contribui em ~37,5% para a produção mundial de energia, mas as projecções prevêem que a partilha possa crescer ligeiramente para 38%, em 2020. O seu maior consumo é no sector dos transportes, tendendo para aumentar à medida que a mecanização for crescendo nos países em desenvolvimento. No entanto, dado o aumento dos preços do barril de petróleo, o consumo actual destinado à produção de energia eléctrica e de calor deve vir a ser substituído pelo gás natural e pelo carvão. No caso da China, o consumo irá aumentar à medida que entrem no mercado veículos automóveis. Ainda há poucos anos a China não produzia viaturas automóveis e em 2006 produziu cerca de oito milhões, esperando-se que em 2010 suba para 20 milhões! O crescimento interno do número de viaturas vai depender do crescimento da classe média, o que está a ocorrer muito rapidamente. Por isso, a procura de petróleo pela China vai aumentar, o que provocará aumento dos preços se entretanto se não promover o recurso a energias alternativas, nomeadamente carvão, gás natural, nuclear e renováveis (hídrica, eólica, solar, ondas, etc).

As reservas de petróleo bruto, tendo em consideração os actuais padrões de qualidade, são relativamente escassas para um tão elevado e crescente consumo. Assim, as reservas mundiais têm como principais detentores os países incritos no Quadro 8.

A leitura deste quadro permite calcular o número de anos para que estas reservas se esgotem, considerando que o consumo se mantém ao nível actual: ~ 36 anos. No entanto, faltam aqui muitos dos actuais países produtores com reservas substanciais, como é o caso de países africanos ao Sul do Saara, da Ásia e da América do Sul. Simultaneamente, se níveis de qualidade mais baixos passarem a ser aceites pelo mercado, as reservas crescerão consideravelmente. Por isso, este cálculo deve ser entendido como um aviso, apontando para a necessidade de se refrear o consumo e proceder à substituição do petróleo por outros combustíveis, se possível recorrendo ao aumento da produção de energia hídrica, energia termonuclear e às chamadas energias renováveis (solar, eólica, ondas, etc).

Carvão

O consumo de carvão a nível mundial contribui numa percentagem de ~26% para a produção de energia, sendo os seis países maiores consumidores os referidos no Quadro 9.

No que respeita às reservas recuperáveis (2002), vamos indicá-las por regiões, destacando depois os países que têm reservas acima de 10^{12} toneladas curtas (Quadro 10)

Deve notar-se que são destacados dois tipos de carvões e é de considerar que dentro de cada tipo haverá diferenças no que respeita aos teores em carbono fixo, matérias voláteis e cinzas. Também seriam de distinguir os carvões susceptíveis de virem a ser utilizados na produção de coque metalúrgico, mais valiosos, daqueles que são destinados à produção de vapor e à produção de calor.

A China, o maior consumidor mundial actual, apresenta

Quadro 7

País	Consumo em barris por dia 10^6)
EUA	20,73
China	6,53
Japão	5,58
Alemanha	2,65
Rússia	2,50
Total mundial	82,23

Quadro 8

Ranking	Países	Produção em 10^9 barris
1	Arábia Saudita	264,2
2	Irão	137,5
3	Iraque	115,0
4	Kuwait	101,5
13	China	16,0
	Total mundial	1047,1

Quadro 9

Países	Consumo em 10^6 tons curtas
China	1.310
EUA	1.000
Índia	339
Rússia	298
Alemanha	205
África do Sul	170
Total Mundial	4.558

Ainda há poucos anos a China não produzia viaturas automóveis e em 2006 produziu cerca de oito milhões, esperando-se que em 2010 suba para 20 milhões!

Quadro 10

Ranking	Regiões	Antracite e carvão betuminoso	Lenhite e carvão sub-betuminoso	Totais (10^6 tons curtas)
1	**Ásia/Oceânia/Médio Oriente**	212.727	114.999	327.726
2	**América do Norte**	128.520	147.821	276.341
3	**Eurásia**	104.183	146.322	250.505
4	**Europa**	19.558	46.203	65.762
5	**Africa**	55.294	192	55.486
6	**América Central e Sul**	19.558	46.203	21.928
	Total mundial	**528.772**	**468.976**	**997.748**
	Países			
1	**EUA**	123.746	143.808	267.554
2	**Rússia**	54.110	118.564	173.074
3	**China**	68.564	57651	126.215
4	**Índia**	99.302	2.601	101.903

Quadro 11

Ranking	Países	Consumo em 10^9m3	% do total
1	**EUA**	646.7	25,0
2	**Rússia**	402.1	15,6
3	**Inglaterra**	98,0	3,8
4	**Canadá**	89,5	3,5
5	**Irão**	87,1	3,4
6	**Alemanha**	85,9	3,3
	Total mundial	**2.583,8**	**100**
16	**China**	39	1,5

Quadro 12

Ranking	Regiões	Reservas em 10^9m3
1	**Médio Oriente**	71.569,1
2	**Eurásia**	56.414,4
3	**África**	13.564,1
4	**Ásia & Oceânia**	11.745,6
5	**América do Norte**	7.752,8
6	**América Central**	6.740,9
7	**Europa**	5.048,4
Total Mundial		**172.835,3**
1	**Rússia**	47.040,0
2	**Irão**	27.272,0
3	**Qatar**	25.494,0
4	**Arábia Saudita**	6.720,0
5	**EUA**	5.722,8
6	**Nigéria**	5.093,2
7	**Argélia**	4.528,7
8	**Venezuela**	4.266,6
9	**Iraque**	3.136,0
10	**Kazaquistão**	2.800
15	**China**	2.240

um volume de reservas considerável que está a explorar intensamente para sustentar a produção de energia de que necessita para abastecer a sua indústria e o consumo doméstico que tem vindo a generalizar-se. Com efeito, para um consumo de 1.310,0.10^6 toneladas curtas tem uma produção de 1.393,4.10^6 toneladas curtas. Portanto, se a exploração continuar ao ritmo indicado, as reservas chinesas darão para 91 anos enquanto que as reservas mundiais darão para 217 anos.

Gás natural

O gás natural concorre para a produção mundial de energia em cerca de 24%, sendo de todos os combustíveis fósseis o menos poluente. Os elementos que recolhemos mostram tratar-se de um combustível de utilização generalizada à medida que é distribuído canalizado, para abastecimento directo, ou transportado em navios, a partir dos respectivos países produtores.

Os seis países maiores consumidores bem como o consumo total mundial estão inscritos no Quadro 11

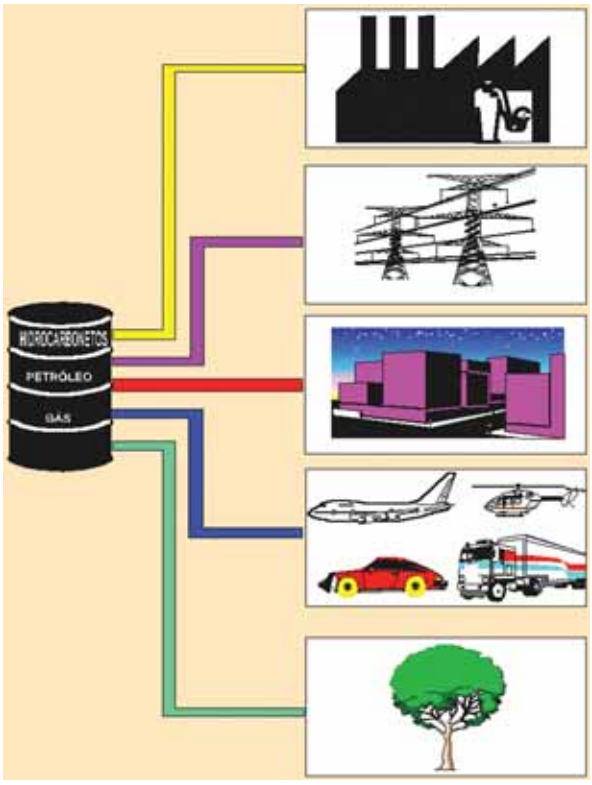
O volume de reservas segundo as mais recentes estimativas pode ser visualizado no Quadro 12 (*Oil & Gás Journal,* de Janeiro de 2007). Está apresentado por regiões, com indicação dos países com maior volume de reservas.

No entanto, as estatísticas relativas às reservas mundiais são diversas e dependem daquilo que se considera como gás natural e a sua origem. Os números do quadro 12 foram publicados no *Oil and Gas Journal*, Vol. 104.57 (Dezembro 18,2006). Os elementos relativos aos EUA são da *Energy Information Administration, U. S. Crude Oil, Natural Gas and Natural Gas Liquids Reserves*.

A China é ainda um modesto consumidor e detem um volume de reservas relativamente baixo quando comparado com o da Rússia e dos países do Médio Oriente, que são também os que apresentam o maior volume de reservas de petróleo bruto.

Produção de veículos automóveis

Um parâmetro de grande interesse relativo ao desenvolvimento industrial mundial está relacionado com o volume da produção de veículos automóveis. Assim, podem apreciar-se no Quadro 13 os países



maiores produtores e a produção total mundial em 2006
Até há poucos anos, na China, circulava um número de automóveis irrisório, considerando a população e a extensão do território. Segundo o ex-correspondente da Agência Lusa, em Pequim, António Caeiro, autor do livro *Pela China Dentro - Uma Viagem de 12 anos (2004)*, o número de automóveis privados na China, em 1991, seria da ordem dos 50.000, e em Pequim não ultrapassaria os 3.000! Pode, por isso, dizer-se que em 1991 não havia produção automóvel na China. Todavia, a China ocupava, no final de 2006, o 3º lugar da lista de países maiores produtores. Deve observar-se que neste ano já tinha ultrapassado a Alemanha e se prepara para chegar ao 1º lugar do *ranking* mundial em 2010, prevendo-se que nesse ano atinja a produção de ˜20 milhões de viaturas. Portanto, a China poderá ser, a curto prazo, um grande exportador, o que irá perturbar a produção e o comércio mundial. O ajustamento e redistribuição da produção será inevitável, uma vez o consumo não deverá crescer ao mesmo ritmo, mesmo que se admita um forte crescimento das viaturas que passarão a circular nas estradas chinesas e noutros países em vias de desenvolvimento. O consumo de combustíveis, como resultado do aumento do número de viaturas novas em circulação, irá, assim, atingir números difíceis de aceitar nas actuais condições do mercado do petróleo e do consequente deterioração do meio ambiente pela emissão de gases com efeito de estufa e de partículas de carbono.

População

Um elemento a considerar nesta análise diz respeito à população e à sua distribuição por países e por regiões.

Quadro 13

País	Nº. de veículos.10^3
Japão	11.484
EUA	11.264
China	7.189
Alemanha	5.820
Coreia do Sul	3.840
França	3.169
Espanha	2.777
Brasil	2.611
Canadá	2.572
México	2.046
Índia	2.020
Total Mundial	**69.258**

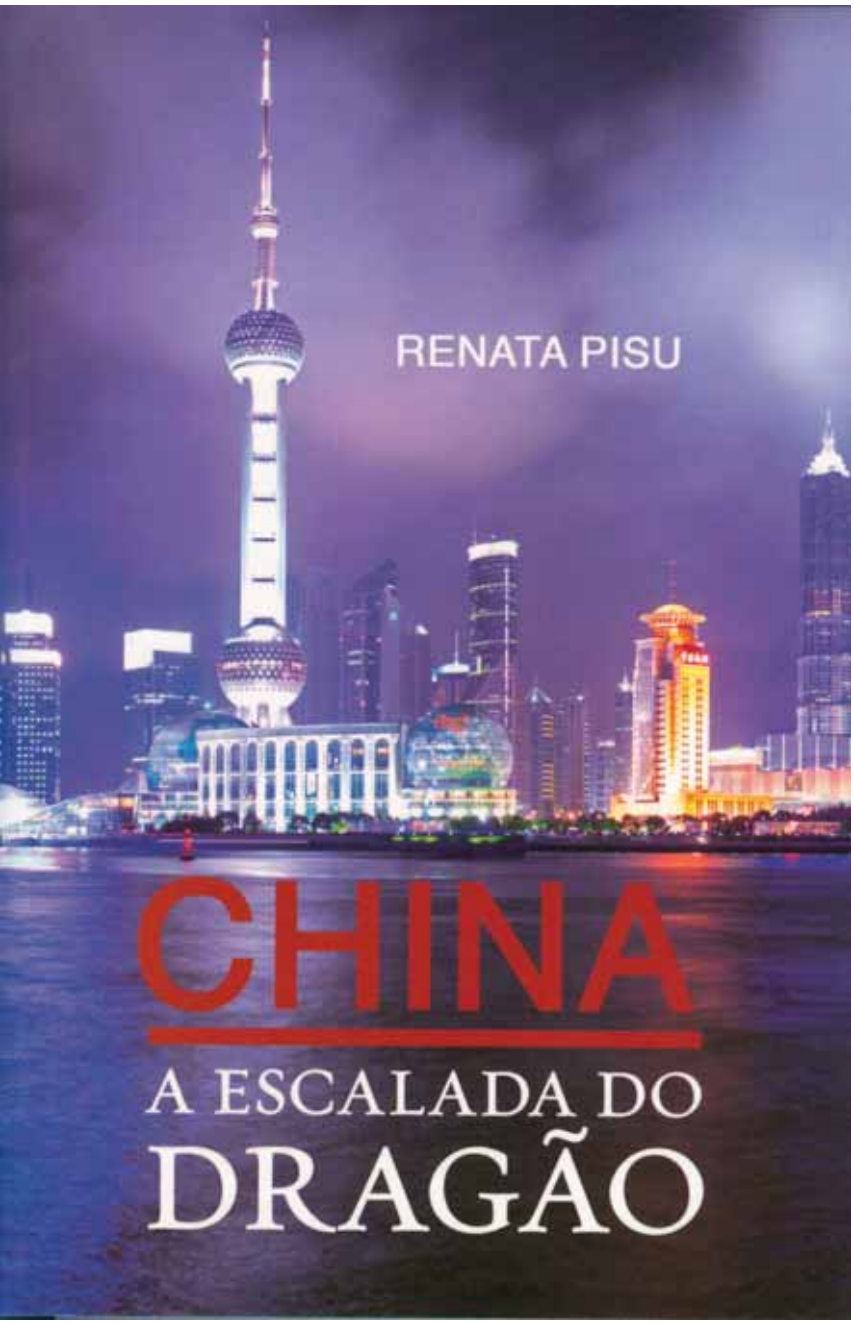
Quadro 14

País	População 10^6	% do total mundial
China	1.321	19,8
Índia	1.169	17,5
EUA	303	4,5
Indonésia	231	3,7
Brasil	187	2,8
Paquistão	161	2,4
Bangladesh	159	2,4
Nigéria	148	2,2
Rússia	142	2,1
Japão	127	1,9
México	106	1,6
Total mundial	**6.671**	**100.0**

No Quadro 14 é apresentada a lista dos países mais populosos seriados por ordem decrescente e com mais de 100 milhões de habitantes:
De notar que da lista não consta nenhum país europeu, embora a União Europeia, no seu conjunto, apresentasse, em Janeiro de 2006, uma população de ˜493 milhões de habitantes, correspondente a uma percentagem do total mundial de 7,4%. A Ásia é, de longe, a área mais populosa do mundo, com mais de 60% da população mundial.

Conclusões

Da análise do que ficou expresso acima, podem desde já tirar-se algumas conclusões, que marcarão o futuro no curto e médio prazo:
A China é um país de grande dimensão, possuindo recursos naturais em quantidades elevadas ainda em curso de inventariação. O volume de matérias-primas é considerável, embora nem sempre a sua qualidade seja a melhor para a utilização industrial, o que obriga alguns sectores industriais a importações massivas, como é o caso da siderurgia (minérios ricos e carvões coquizáveis);
A produção industrial da China é hegemónica a nível mundial, nos sectores analisados que são estruturantes para o desenvolvimento económico e social. Por isso, a China tornar-se-á a curto prazo como o maior produtor de bens de equipamento que procurará



QUIDNOVI/www.quidnovi.pt/quidnovi@quidnovi.pt

exportar para todo o mundo. Tornar-se-á também o maior consumidor de bens e serviços, dado que tenderá a crescer o rendimento *per capita* da população chinesa; continuará a aumentar o número de pessoas, com apreciável poder aquisitivo, a incluir na classe média e assistir-se-á a uma mudança de hábitos de todos quantos venham a trocar os campos pela cidade. Isso determinará a importação de bens de consumo de qualidade, em quantidades vultuosas. Deste modo, os países que vierem a ser afectados economicamente como resultado da previsível "invasão" de produtos e equipamentos chineses terão de reagir e partir à procura de nichos de mercado e novas oportunidades naquele país;

A produção e o consumo de matérias-primas energéticas pela China, sendo já muito elevadas, crescerão ainda significativamente nos próximos anos, tendo como efeito a depauperação das reservas a nível mundial, com uma situação crítica para o petróleo bruto, dado o limiar de esgotamento previsível e o consequente e preocupante aumento das emissões gasosas com efeito de estufa e de partículas de carbono. O crescimento industrial e do parque automóvel da China irá contribuir para uma elevada deterioração do meio ambiente e alterações climáticas, cujos efeitos globais poderão ser catastróficos. A exportação de veículos automóveis, de peças e de estruturas (navios, equipamentos de elevação e de transporte, etc), a partir da China, irá necessariamente alterar o actual equilíbrio da oferta e da procura, a nível mundial, deslocando para a Ásia o centro de gravidade da produção industrial e dirigindo para e da China as rotas comerciais necessárias à importação de matérias primas e ao escoamento de produtos acabados;

O facto de a China fazer parte da Organização Mundial do Comércio (OMC) facilita-lhe a penetração no mercado de concorrência, sem que seja obrigada a uma estrutura de custos semelhante à praticada no mundo ocidental. Pelo facto de não ser obrigada a cumprir padrões ambientais semelhantes aos praticados nos países da União Europeia e também porque as obrigações de carácter social (segurança social, seguros, horário laboral, férias, assistência médica, etc) não se encontram ainda consagradas e generalizadas como obrigações sociais a suportar, ainda que parcialmente, pelas empresas verificar-se-ão desigualdades inaceitáveis nos concursos de aquisição de bens de equipamento e na penetração nos mercados que prefiguram uma concorrência desleal. Para obviar a esta situação e antes que ela venha a perturbar os mercados, haveria que criar regras que obrigassem todas as empresas, qualquer que fosse o país de origem, a revelar a estrutura de custos inerentes à sua produção, sem o que não seriam autorizadas a concorrer ou a vender.

... haveria que criar regras que obrigassem todas as empresas, qualquer que fosse o país de origem, a revelar a estrutura de custos inerentes à sua produção, sem o que não seriam autorizadas a concorrer ou a vender

Autor

Horácio Maia e Costa
Prof Catedrático Jubilado
Sócio nº 240/88 da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

Jubilação do Professor Doutor Pereira Osório

Teve lugar no salão nobre da Reitoria da Universidade do Porto, no passado dia 17 de Abril, a sessão pública de jubilação do Professor Doutor José Joaquim de Sousa Pereira Osório, nosso associado nº 339/91.
A lição que proferiu tratou *Dos Métodos Tradicionais às Técnicas Espaciais. Evolução da Geodesia nos últimos 50 Anos"*.
Este emérito professor e distinto associado da AACDN não deixou de, naquele acto solene, homenagear a Associação de Auditores, ao patentear a "foto de curso" do seu ano no IDN, bem como uma outra, tirada no penúltimo Congresso, nos Açores, onde foi conferencista pela AACDN.

Cidadania e Desenvolvimento, ou a Revolta da Utopia

No passado dia 6 de Maio, teve lugar mais um jantar-debate na Messe de Oficiais da Força Aérea, em Monsanto, tendo sido orador convidado o Dr Álvaro José Laborinho Lúcio.
Cidadania e Desenvolvimento ou a Revolta da Utopia foi o tema que Laborinho Lúcio, Juiz Conselheiro Jubilado, ex-Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e ex-Ministro da justiça, expôs com grande eloquência e que resultou num franco debate entre os cerca de meia centena de auditores, seus cônjuges e demais convidados.

Jordânia e Israel – A Viagem do ano

Prevista para a 1ª quinzena de Setembro (2SET a 13SET, 11 noites), um grupo de Auditores e seus cônjugues (num máximo de 48 pessoas) irá percorrer o Reino da Jordânia (Amman, Jerash, Madaba e Petra) e o Estado de Israel (Jerusalém, Belém e Ein Karem).
O preço rondará os 2 230,00 euros por pessoa, em quarto duplo, em regime de pensão completa, em hotéis de cinco estrelas, sendo o suplemento por quarto individual de 490,00 euros.
Mais pormenores serão dados oportunamente.
Inscrevam-se, caros sócios da AACDN!

Sábados Culturais

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-**15**-**16**-17-18
19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31

Janeiro-Fevereiro-**Março**-Abril-Maio
Junho-Julho-Agosto-Setembro-Outubro
Novembro-Dezembro **2008**

Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida

A AACDN convocou-nos para mais uma visita cultural, integrada, como tantas outra, nos *Sábados Culturais*.

Propunha-nos, desta vez, uma visita guiada à Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida.

Talvez por naquele dia 15 do passado mês de Março estar uma temperatura amena, a verdade é que o grupo não era numeroso. Todavia, o constante interesse manifestado pelos visitantes e o manancial de informação, sempre repleto de interesse, que a Senhora Dra Maria da Conceição Coelho, do Gabinete Técnico da Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida, esclarecedora e minuciosamente nos foi dando, confirmou, ao longo do percurso, a velha máxima: *poucos, mas bons*.

A par da contemplação do magnífico acervo, ficámos também a conhecer a sua história e o perfil do homem que, com tanta dedicação e entusiasmo, adquiriu as peças que integram a colecção e que traduzem a concretização de um sonho que nos deslumbra.

António Medeiros de Almeida nasceu em 1895, nos Açores, e estudou Medicina em Coimbra. Porém, no quarto ano do curso, decidiu trocar a Medicina pelos negócios.

Nunca haveremos de saber se Hipócrates lhe reservaria a seu lado lugar de destaque, mas que foi exímio homem de negócios, não há qualquer dúvida! Terá administrado 21 empresas nas mais diversas áreas de actividade, das quais se destacam: a importação dos primeiros carros utilitários que chegaram a Portugal, da marca *Morris*; a primeira companhia aérea comercial; e a fábrica de fiação de Torres Novas.

Todavia, mais do que pelo sucesso empresarial, António Medeiros e Almeida ficou conhecido, tanto a nível nacional como internacional, como coleccionador de Arte.

Ao longo de 50 anos de laboriosa e persistente procura, adquiriu valiosa e ecléctica colecção, que vai do mobiliário de estilo, às antiguidades, passando por porcelanas e cristais de rara beleza, pratas e tapeçarias, a par de uma colecção de caixas de rapé, que, apesar de pequena, além da sua extraordinária beleza, está cheia de História, por terem pertencido a czares russos.

Esta preciosa colecção de arte que integra também pintores famosos como Rubens, Ribera ou Delacroix, no final da vida do coleccionador, 1986, contava já com 2600 peças, algumas das quais únicas.

O acervo do museu está disperso por diversas salas, possuindo também três colecções alojadas em salas próprias:

A sala dos relógios, onde está exposto significativo número de exemplares, alguns de rara beleza e grande valor, e que, por ordem cronológica, abrange um período de 200 anos. A título meramente exemplificativo, um relógio que pertenceu à imperatriz Sissi, da Áustria-Hungria, ou o relógio de bolso do general Junot;

A sala da porcelana da China, que percorre diversas dinastias, desde as terracotas pré-históricas da Dinastia Han até às porcelanas do final do século XVIII, coexistindo com peças trazidas pelos portugueses no século XVI;

A sala das pratas, que alberga duas baixelas do mestre Paul Storr e pratas portuguesas dos séculos XVI a XVIII, bem como o serviço de chá utilizado por Napoleão no seu exílio em Santa Helena.

Outra faceta de António Medeiros e Almeida que,

vivamente, impressiona é o facto de ao reunir, por iniciativa e dinheiros próprios, este precioso e vasto conjunto de obras de arte, sempre ter tido em mente partilhá-lo com o público em geral, doá-lo ao seu país. Por isso, em 1973, criou a Fundação Medeiros e Almeida, à qual doou todos os seus bens, nos quais se destaca esta valiosíssima, ecléctica e bela colecção de arte.

E como a colecção foi doada à Fundação com a finalidade de ser mostrada ao público, procedeu-se à remodelação da casa que ele habitou durante 30 anos, adaptando-a a museu.

E, em 2001, a Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida abriu suas portas ao público.

O museu é composto por duas áreas museológicas distintas: a primeira, que ocupa o espaço habitado pelo fundador, mantém o ambiente original; a segunda foi edificada no local do antigo jardim, tendo sido criados ambientes reconstituídos e adaptados às peças, utilizando *boiseries* e tectos adquiridos para o efeito.

Mas a Fundação Medeiros e Almeida, para além de, a expensas exclusivamente suas, colocar à disposição do público em geral este valioso espólio, desenvolve outra actividade altamente meritória, atribuindo bolsas de estudo a estudantes universitários açoreanos.

Como todas as coisas boas, a visita chegou ao fim. Os olhos maravilhados com tamanha beleza e o cérebro afanosamente processando tanta e tão preciosa informação, lá tivemos que vir embora.

Antes, porém, a Dra Maria da Conceição Coelho, relembrando o interesse de António Medeiros e Almeida de que a sua colecção estivesse à disposição do público e em jeito de contrapartida – como se tal fosse possível – apelou à divulgação da Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida.

Aqui fica o apelo: Vão lá!

Vejam com os vossos próprios olhos, abram os sentidos à beleza e raridade daquelas peças e, certamente, darão o tempo por bem empregue.

Se me enganei, reclamem deste vosso escriba, mas... não deixem de ir.

José Monteiro

Os Valores da Nação e o Papel das Forças Armadas nas Sociedades Desenvolvidas

Subordinada a *Os Valores da Nação e o Papel das Forças Armadas nas Sociedades Desenvolvidas,* decorrerá uma conferência, que irá anteceder o XV Encontro Nacional de Combatentes no dia 10 de Junho de 2008.

A referida conferência terá lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 9 de Junho, e contará com a presença, entre outras individualidades, dos Professores Doutores Adriano Moreira, João Ferreira do Amaral, Joaquim Aguiar, Jaime Nogueira Pinto e Carlos Gaspar; e do Embaixador Leonardo Matias, General Gabriel Espírito Santo e Doutor Vítor Augusto Bento.

A Comissão executiva do XV Encontro Nacional de Combatente – em colaboração com a Revista Militar e a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional – foi a promotora do evento.

A Conferência tem por finalidade promover um debate sobre a caracterização da situação estratégica actual, os principais desafios que se colocam às nações e, em decorrência, os aspectos essenciais da aplicação da força militar, tendo em conta as tendências que se vão desenhando, por força da tecnologia, da globalização, dos novos riscos e ameaças e das ideias políticas e sociais prevalecentes.

TENHA EM ATENÇÃO

8 de Julho – JANTAR-DEBATE
Com o Professor Doutor Adriano Moreira

1ª Semana de Outubro – JANTAR-DEBATE
Com o Dr Miguel Monjardino

24, 25 e 26 de Outubro – ENCONTRO NACIONAL EM VISEU
Tema: Interioridade, Desenvolvimento e Ordenamento do Território

INSCREVA-SE

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Rodolfo António Cabrita **Bacelar Begonha** nasceu em Lisboa a quatro de Fevereiro de 1936.

Iniciou-se na prática desportiva, desde muito cedo, com uma "paixão" pelo desporto, que o veio a acompanhar ao longo da vida, paralelamente à carreira militar. Praticando ginástica na instrução primária, na Escola Valsassina, e na secundária, no Liceu Camões, obteve os seus primeiros títulos de campeão nacional aos 15 anos. Nesta área, foi atleta federado em sete modalidades, tendo representado, entre outros, o Sporting C.P., o S.L. Benfica, o Ginásio Clube Português e o CDUL, tendo sido também dirigente dos três últimos. Foi capitão da selecção nacional de *rugby*. É Presidente do Conselho Geral do GCP. Fundou e foi presidente do Clube de Ténis de Góis e do Panathlon Clube de Lisboa, do qual é Presidente Honorário. Foi treinador de voleibol do Instituto Superior Técnico e de *rugby* de Medicina. Dispõe do curso de treinadores de *rugby* do Institut National des Sports de Paris. Com responsabilidades nacionais foi Director-Geral dos Desportos no primeiro e segundo governos constitucionais e Secretário de Estado da Juventude e Desportos no terceiro, quarto e quinto governos constitucionais.

No seu longo currículo militar destaca-se o facto de ter sido o primeiro oficial do Exército Português a frequentar o curso de *Ranger* em Fort Benning (Georgia) nos EUA e a montar o primeiro curso, tipo *Ranger*, no então CIOE, em Lamego (1963). Foi comandante de uma Companhia de Artilharia operacional em contra-guerrilha, em Angola (1963/65) e Chefe de Estado-Maior do Comando Territorial Independente de Macau, durante a revolução cultural chinesa (1967/69).

Outra área importante da sua vida militar foi a das Informações, em que trabalhou vários anos na 2ª Repartição (Informações) do Estado-Maior do Exército, tendo sido responsável pela realização dos primeiros cursos de oficial de segurança. Foi coordenador de Informações do CTI de Macau e, posteriormente, da Junta de Salvação Nacional e elemento iniciador da 2ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, após o 25 de Abril. Mais tarde, foi chefe da 2ª Repartição do EME.

Foi Comandante do Centro Militar de Educação Física e Desportos de Mafra e, como Major-General foi Comandante Militar dos Açores, Director do Serviço de Educação Física do Exército e Director Interino da Arma de Artilharia, terminando a carreira como Director da Polícia Judiciária Militar. Dos vários cursos de formação que frequentou destacam-se o de Mestre de Educação Física Militar, o de *Ranger* dos EUA, o curso de Estado-Maior, o curso de Informações para Oficiais Superiores da Escola de Informações do Exército dos EUA (Fort Huachuca/Arizona), o Curso Superior de Comando e Direcção e o de Auditor de Defesa Nacional (IDN). Não se pode deixar de mencionar o trabalho que considera gratificante, na AACDN, de que foi Vice-Presidente, Presidente e Presidente do Conselho Fiscal.

Foi ainda comentador convidado da TVI, SIC e SIC Notícias sobre a guerra do Iraque; tem sido comentador da SIC Notícias em assuntos de terrorismo, comentador da Rádio Renascença em assuntos militares. Foi colaborador do Jornal Independente, além de outros órgãos de imprensa regional.

AQUI DENTRO ESTÁ TUDO O QUE UMA EMPRESA PRECISA PARA COMUNICAR.

* Preço com IVA a 21%: €84,70 por mês por utilizador (para 5 utilizadores). Custo de adesão: €150+ IVA (€181,50 com IVA a 21%). Condições exclusivas para empresas, com contrato de 36 meses, válidas à data de edição desta publicação.

Voz Fixa - Voz Móvel - Internet Fixa - Internet Móvel

€ 70/mês + IVA por posto de trabalho*, incluindo:

- Telemóvel
- Telefone fixo
- Central Telefónica
- Computador
- Placa banda larga
- Router
- Anti-vírus grátis, durante 3 meses

Ligue já **800 96 00 00** ou vá a **www.tmn.pt**

tmn negócios

PT Comunicações